



ENERGIA

Aneel aplica multa à Light de R\$ 3,9 milhões (Folha de SP) 02/12/09.....	3
A Cidade é Sua (Folha de SP) 02/12/09.....	3
Mujica se volta ao Brasil por questão de energia uruguaia (Folha de SP) 02/12/09.....	3
Judicialização da terceirização no setor público (Folha de SP) 02/12/09.....	4
Kassab recua e determina aumento menor do IPTU (Folha de SP) 02/12/09	4
Gravação da PF mostra que Arruda gerenciava mensalão (Folha de SP) 02/12/09.....	5
Camargo deu propina a 200 políticos, diz PF (Folha de SP) 02/12/09.....	6
Centrais sindicais criticam o artigo de César Benjamin (Folha de SP) 02/12/09	7
Economia informal cresceu na crise, diz FGV (Folha de SP) 02/12/09	7
Relator quer reduzir ganho da União em campo já licitado (Folha de SP) 02/12/09.....	8
Pressão por licença derruba dois no IBAMA (O Estado de SP) 02/12/09	8
"As petroleiras não estão indo embora" (O Estado de SP) 02/12/09	9
Governo faz novo acordo sobre regras do pré-sal (O Estado de SP) 02/12/09.....	12
Política anticrise freia expansão da informalidade (O Estado de SP) 02/12/09.....	13
Light é multada (Valor Econômico - Curtas) 02/12/09.....	13
Em meio às pressões por licença, diretor do Ibama cai (Valor Econômico) 02/12/09	14
Desde a criação, portfólio rende 1.355% (Valor Econômico) 02/12/09.....	15
Governador cancela presença em homenagem mineira (Valor Econômico) 02/12/09.....	16
Governo cede na partilha aos não produtores (Valor Econômico) 02/12/09.....	17
Temporada de ecotributos (Valor Econômico) 02/12/09.....	18
Petrobras deve escolher minoritário ainda este mês (Valor Econômico) 02/12/09	19
Prefeito abre oficialmente a programação natalina (Correio Popular) 02/12/09	20
Matriz energética brasileira ficará mais suja nos próximos anos, segundo WWF (CanalEnergia) 02/12/09.....	20
CPFL Energia ON fecha em alta de 5,26% (CanalEnergia) 01/12/09.....	20
Relatório sobre blecautes no RJ deve sair em 10 dias, segundo Aneel (CanalEnergia) 01/12/09.....	21
Cteep recebe licença de instalação para construção de linhas de transmissão (CanalEnergia) 01/12/09.....	21
Critérios para participação de hidrelétricas no MRE entram em audiência pública (CanalEnergia) 01/12/09.....	21
Eletronorte tem projeto de transmissão enquadrado no Reidi (CanalEnergia) 01/12/09.....	22
Baixo Iguaçu tem construção adiada para o primeiro semestre de 2010 (CanalEnergia) 01/12/09.....	22
Sobradinho trabalha com 64,25% da capacidade (CanalEnergia) 01/12/09.....	22
CGTEE inicia operação de caldeira multicombustível (CanalEnergia) 01/12/09.....	23
Hidrelétrica Baguari inicia operação comercial de 35 MW (CanalEnergia) 01/12/09.....	23
Terna Part UNT opera em queda de 0,13% (CanalEnergia) 01/12/09.....	23
Copel GT realiza oferta pública de 45 MW médios (CanalEnergia) 01/12/09.....	24
Aneel fecha parceria com FGV para capacitar servidores (CanalEnergia) 01/12/09	24
Aprovado relatório final da CPI das Tarifas de Energia (CanalEnergia) 01/12/09.....	24
Federação das Indústrias de SC defende redução da tarifa de gás natural (CanalEnergia) 01/12/09.....	25

SINDICAL

Projeto de lei reivindica igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho	(CUT Nacional) 02/12/09 .25
Setor de tecnologia da informação terá carência de 140 mil profissionais em 2013	(CUT Nacional) 02/12/09...26

O DEMo caminha para o cadafalso (CUT Nacional) 01/12/09.....	26
Dia Mundial de Luta contra a Aids (CUT Nacional) 01/12/09.....	27
Conticom/CUT quer garantia de salário e emprego (CUT Nacional) 01/12/09.....	28
Dia Mundial de Luta contra a Aids (CUT Nacional) 01/12/09.....	29
Congresso dos Metalúrgicos em SP (CUT Nacional) 01/12/09.....	30
A Juventude na Estratégia da CUT (CUT Nacional) 01/12/09.....	31
Os freios e contrapesos na democracia brasileira (CUT Nacional) 01/12/09.....	33
SP: Condições de renda e trabalho dos professores são temas do Câmera Aberta Sindical (CUT Nacional) 01/12/09.....	34
Pesquisa do IBGE relata que mortalidade infantil diminuiu 30% na última década (CUT Nacional) 01/12/09.....	35
Trabalhadores da Coelba (BA) paralisam atividades por 48h (CUT Nacional) 01/12/09.....	35
Trabalhadores no Grupo Schaeffler participam de intercâmbio sindical (CUT Nacional) 01/12/09.....	35
Rovai: o desespero da Folha é pior do que a mente de Benjamim (CUT Nacional) 01/12/09.....	36
Estudo mostra perfil do emprego para deficientes na Grande São Paulo (CUT Nacional) 01/12/09.....	37

Aneel aplica multa à Light de R\$ 3,9 milhões (Folha de SP) 02/12/09

DA SUCURSAL DO RIO

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aplicou anteontem uma multa de R\$ 3,9 milhões à concessionária Light, do Rio. O motivo foi o descumprimento de metas de qualidade referentes à duração e à frequência das interrupções no fornecimento de luz em 2008. A empresa tem dez dias para recorrer da decisão.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Aneel afirmou ainda ter reforçado a equipe responsável pela apuração das causas dos blecautes que atingem a área da empresa.

Segundo a agência, a medida foi tomada devido a problemas recentes envolvendo a concessionária. Na semana passada, um apagão deixou sem luz, por quase 23 horas, consumidores dos bairros de Ipanema, Leblon e Lagoa. De acordo com a Aneel, se forem constatadas falhas de planejamento, manutenção ou operação, a Light poderá receber nova multa, de até 1% do seu faturamento. Em 2008, a receita líquida da empresa foi de R\$ 5,1 bilhões. A Light não tinha se manifestado até a conclusão desta edição.

A Cidade é Sua (Folha de SP) 02/12/09

Leitora: Maria Stella Barros de Macedo Coda

Empresa: AES Eletropaulo

Queixa: A médica reclama que não recebe a conta de energia desde o mês de agosto. Após diversos contatos pelo telefone e um pessoalmente, em uma loja da empresa, o problema ainda não foi resolvido

Resposta: A AES Eletropaulo informa que, a partir do próximo mês, as faturas de energia serão entregues no endereço citado

Mujica se volta ao Brasil por questão de energia uruguaia (Folha de SP) 02/12/09

Presidente eleito promove projeto de interconexão elétrica, que evitaria importação de energia brasileira via Argentina

Uruguaio se encontrou com embaixador brasileiro em Montevidéu em preparação para reunião com Lula, que ocorrerá na próxima terça

SILVANA ARANTES

ENVIADA ESPECIAL A MONTEVIDÉU

"Temos problemas de sobra, mas estamos bem na relação com o Brasil", afirmou à Folha o presidente eleito do Uruguai, José Mujica, após se encontrar ontem, em Montevidéu, com o embaixador brasileiro no Uruguai, José Felício.

O funcionamento do Mercosul e um entrave imposto pela Argentina a um plano de cooperação energética entre Uruguai e Brasil foram tratados no encontro, preparatório para reunião entre Mujica e Lula, na próxima terça -ele também se reunirá com a presidente argentina Cristina Kirchner.

Mujica sinalizou que proporá a Lula flexibilizar o Mercosul. "Talvez tenhamos que articular políticas que levem em conta as assimetrias [entre os países-membros]", disse .

"Por sermos um país pequeno, somos propensos a ter uma atitude mais aberta [ao comércio extrazona], mas países grandes como o Brasil têm outro tipo de problema", afirmou.

O principal tema da pauta deverá ser o projeto de "interconexão elétrica" entre Brasil e Uruguai, que dispensaria o vizinho de importar energia brasileira via Argentina, o que eleva os custos da operação.

Para concretizar o projeto, Brasil e Uruguai haviam acordado empréstimo de US\$ 80 milhões, via um fundo de investimentos do Mercosul irrigado por verba brasileira.

A Argentina vetou o investimento em represália ao atrito que mantém com o Uruguai em torno da instalação de uma fábrica de celulose na fronteira, aprovada por Montevidéu sem consentimento argentino.

Mujica disse que irá "lutar muito para melhorar a relação com a Argentina, que é determinante para o Uruguai".

O fato de Mujica haver tomado a iniciativa do encontro indica, para o embaixador brasileiro, "a importância que ele dá à relação entre os dois países".

Mujica confirmou ainda querer a presença da oposição em seu ministério. "Tentaremos estabelecer os acordos maiores. Se não for possível, faremos os médios e pequenos."

A alternativa, em caso de recusa da oposição ou veto de sua legenda ao acordo, seria a presidência de estatais e o segundo escalão.

TENDÊNCIAS/DEBATES

Judicialização da terceirização no setor público (Folha de SP) 02/12/09

LUCIANO ATHAYDE CHAVES

Houve avanços no sentido de sanar, profilaticamente, o problema dos prejuízos do poder público com contratos de terceirização

A TERCEIRIZAÇÃO da mão de obra no setor público é uma realidade em expansão no Brasil. A prática, que é, em tese, restrita a atividades como conservação, limpeza e segurança, vem inflando as estatísticas da Justiça do Trabalho. São ações originárias, em sua grande maioria, pelo descumprimento, por parte do prestador de serviços, isto é, das empresas contratadas, das obrigações trabalhistas previstas em lei - não raro as mais elementares delas, como o pagamento das verbas indenizatórias decorrente do término do contrato de trabalho.

Além do agravante do descumprimento dos direitos sociais e fundamentais previstos pela ordem jurídico-constitucional, a prática da terceirização vem se tornando um problema orçamentário para os cofres públicos, quando as empresas prestadoras não honram os compromissos com os seus trabalhadores.

Isso porque a interpretação da jurisprudência, como estampa a súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, aponta reflexos diretos na direção do órgão público contratante, que responde de forma subsidiária pelos débitos dessas empresas com seus trabalhadores.

Ou seja, o poder público acaba pagando duas vezes: à empresa, que recebeu as parcelas previstas no contrato (e que incluía, por suposto, todos os custos e encargos trabalhistas), e, judicial e subsidiariamente, ao empregado lesado pela inadimplência da empresa terceirizada.

O curioso é que a legislação atual cobra dos órgãos contratantes uma série de documentos para comprovar a regularidade fiscal e tributária das empresas de mão de obra contratadas, mas olvida um regime mais rígido quanto ao dever de demonstrar sua responsabilidade social no tocante aos direitos trabalhistas.

Recentemente, porém, avanços foram dados no sentido de sanar, profilaticamente, o problema dos prejuízos do poder público com contratos de terceirização.

O Ministério do Planejamento e o Conselho Nacional de Justiça deliberaram pela criação de uma conta bancária separada, em que são depositadas obrigações como o 13º salário, as férias e a multa do FGTS.

A conta, que deverá ser aberta em banco público oficial por intermédio de acordo de cooperação técnica firmado pelo próprio órgão público, poderá ser conferida e fiscalizada a qualquer momento por esses órgãos.

As iniciativas do Executivo e do Judiciário são um avanço e representam uma importante tomada de decisão para garantir os direitos dos terceirizados, à míngua de uma solução mais ampliada para o problema da terceirização de serviços, aspecto que tem sido objeto de grande preocupação dos juízes do Trabalho de todo o Brasil.

As cautelas internas tomadas pelo Executivo e pelo Judiciário federais são um alento para o quadro registrado até aqui e devem ser objeto de extensão por todas as esferas administrativas do Estado brasileiro, de modo a garantir a efetividade dos direitos sociais desses trabalhadores, muitos dos quais, infelizmente, ainda vítimas de um mercado constituído por empresas de baixa idoneidade econômica que, além de inadimplentes durante o contrato de trabalho, acabam não atendendo ao chamado da Justiça para cumprir deveres previstos em lei.

Essas cautelas também representam uma garantia para o poder público, que poderá ter um controle maior de seus gastos (e possíveis prejuízos) com os terceirizados, evitando o pagamento de eventuais fraudes e inadimplementos cometidos pelas empresas contratantes.

As medidas, portanto, são positivas e podem colaborar decisivamente para a redução de número importante de futuras ações judiciais no Judiciário trabalhista. Mais que isso, elas revelam que o combate a situações "litigiosas" (ou seja, situações potencialmente geradoras de litígios) é instrumento que deve atuar em sinergia com os esforços já em curso pelo aprimoramento e pela modernização de estruturas e processos judiciais.

Parece-me que esse é o modelo que devemos perseguir: resolver os litígios judicializados em tempo razoável e de forma adequada, mas também buscar, de forma pedagógica e profilática, a construção de uma sociedade cônica de seus deveres e apta a prevenir conflitos decorrentes da observância de direitos fundamentais.

LUCIANO ATHAYDE CHAVES, 38, juiz do Trabalho no Rio Grande do Norte, é presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Kassab recua e determina aumento menor do IPTU (Folha de SP) 02/12/09

Texto aprovado reduz tetos de reajuste para imóveis comerciais e residenciais

Substitutivo aprovado ontem também amplia número de imóveis comerciais isentos; recuo ocorre em momento de crise no partido do prefeito

MARIANA BARROS DA REPORTAGEM LOCAL

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM), recuou e decidiu autorizar sua base de sustentação na Câmara Municipal a aprovar uma proposta de IPTU para 2010 com aumentos menos pesados do que os de sua proposta original.

Com 39 vereadores a favor, 15 contrários e um ausente, a Câmara concluiu ontem à noite a votação de um projeto substitutivo que reduz o teto de aumento e amplia o número de imóveis comerciais isentos.

O aumento máximo para imóveis residenciais será de 30%, e não mais os 40% do projeto original de Kassab. Para os comerciais, o aumento máximo será de 45%, e não mais de 60%, como queria antes o prefeito.

A isenção, agora, valerá para imóveis comerciais com valor venal igual ou inferior a R\$ 70 mil. Antes, o valor venal máximo para ter o benefício era de R\$ 37 mil. Com a mudança, cerca de 20 mil pequenos comerciantes deixarão de pagar o imposto. No caso dos imóveis residenciais, não houve alteração em relação ao projeto de Kassab: a isenção valerá para aqueles com valor venal de até R\$ 92,5 mil. Ao todo, cerca de 1 milhão de contribuintes não pagarão IPTU no ano que vem.

Até anteontem, Kassab vinha dizendo que trabalharia pela aprovação do projeto original. Mas vereadores do PSDB, partido do governador José Serra, padrinho político do prefeito e pré-candidato à Presidência da República, insistiram na alteração do texto a fim de reduzir o impacto do aumento em 2010.

Kassab, então, decidiu recuar e aceitar as mudanças, isso num momento em que o DEM enfrenta uma de suas piores crises, com José Roberto Arruda, único governador do partido, sendo acusado de corrupção pela Polícia Federal. Com Arruda alvejado pelo escândalo, a Prefeitura de São Paulo passa a ser a única vitrine relevante no Executivo ocupada pelo DEM em todo o país.

Outras alterações

Os imóveis comerciais com valor venal superior a R\$ 760 mil terão a alíquota do imposto aumentada de 1,8% (alíquota máxima até então) para 2% a partir de 2011. O aumento atingirá lojas de luxo e grandes imóveis, como os shoppings. O substitutivo aprovado também revê os valores fixados para os imóveis da região da cracolândia, que ficarão, em média, 20% inferiores aos apresentados no projeto inicial.

Com as mudanças, a arrecadação com o aumento do tributo será R\$ 100 milhões menor. Ou seja, renderá R\$ 644 milhões a mais do que neste ano, e não os R\$ 744 milhões que Kassab queria no projeto original.

Mas a prefeitura tem mais planos para turbinar o caixa em 2010: o programa para receber dívidas antigas (R\$ 200 milhões), a **terceirização** do sistema de arrecadação do Bilhete Único (R\$ 212 milhões), a licitação dos relógios de rua (R\$ 100 milhões) e a troca de banco para administrar a folha de pagamento (R\$ 726 milhões).

Outra medida incorporada é a obrigatoriedade de a prefeitura atualizar a planta genérica de valores, que serve de base de cálculo para o imposto, a cada dois anos. Em 2013 terá de ser feita uma nova revisão.

O líder do governo, vereador José Police Neto (PSDB), comandou as negociações com a prefeitura. A principal preocupação, disse, foi "garantir o apoio do PSDB", que "exigia que fossem feitas mudanças" para aprovar o projeto. "O substitutivo é justo e é bom, já que se aproxima da realidade que a cidade pode enfrentar", afirmou o líder do PSDB, Carlos Alberto Bezerra.

Gravação da PF mostra que Arruda gerenciava mensalão (Folha de SP) 02/12/09

Diálogo contradiz a versão do governador, de que ele foi "vítima" de uma trama

Em outubro, Arruda aparece perguntando sobre "despesa mensal com político"; para defesa, a própria PF admite falha técnica em transcrição

FERNANDA ODILLA DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Análise da gravação feita com autorização judicial e monitorada pela Polícia Federal mostra José Roberto Arruda reorganizando pessoalmente o mensalão do DEM em outubro deste ano, contradizendo a versão do governador do DF de que foi vítima de uma trama.

Ao ler seu comunicado de defesa, Arruda disse que o diálogo gravado em 21 de outubro foi "conduzido para passar uma versão previamente estudada". Mas, nos trechos transcritos no inquérito que apura montagem de caixa dois em campanha eleitoral e distribuição de propina, o governador aparece perguntando como está "a despesa mensal com político". Questiona ainda quem pega e quem entrega a suposta propina e orienta a unificar os pagamentos.

"Tem que unificar tudo!", diz Arruda, após ouvir nomes de seis deputados distritais e um administrador regional de partidos da base (PMDB, PP, PRP, PMN) que estavam sendo beneficiados com valores distintos, entregues por mais de um integrante do primeiro escalão do governo do Distrito Federal.

No diálogo são citados os deputados Benedito Domingos (PP), Rôney Nemmer (PMDB), Pedro do Ovo (PRP), Rogério Ulysses (PSB), o suplente Berinaldo Pontes (PP) e Aylton Gomes (PMN), administrador regional. Todos eles negam participação no esquema.

"Temos que saber de um por um. O problema é: tá em várias mãos", reclama o governador do DEM ao perceber que seus auxiliares não sabem responder quem está pagando Benedito Domingos, presidente do PP no DF e deputado distrital.

O mensalão teria se desorganizado com a saída de Domingos Lamoglia da chefia de gabinete. "Se ele não vai pegar com o Domingos, ele vai pegar com quem?", questiona Arruda, que demonstra saber o valor exato do suposto repasse ao presidente do PP. "O natural seria com o Fábio, né?", diz o chefe da Casa Civil, José Geraldo Maciel, referindo-se a Fábio Simão, novo assessor de Arruda.

No diálogo, o governador deixa claro a insatisfação com possíveis esquemas paralelos na Secretaria de Saúde, até ontem comandada pelo deputado federal Augusto Carvalho (PPS). O próprio Barbosa diz: "Cê tem que pegar Antunes [Fernando Antunes, presidente do PPS no DF] e dar uma freada. O Augusto mais o Antunes tomaram muito dinheiro". Arruda teria aparentemente perdido o controle e expressado a vontade de trocar o comando do órgão.

Os diálogos foram monitorados pela PF e gravados por Durval Barbosa, ex-secretário e colaborador da investigação. Em entrevista à Folha, Arruda reiterou que considera tudo uma trama de seu adversário político local, Joaquim Roriz (PSC), e afirma ter recebido dinheiro diretamente uma única vez.

Apesar de as investigações indicarem a participação de Arruda, ele só pode ser processado no Superior Tribunal de Justiça com autorização da Câmara Legislativa.

Mas ao menos um terço dos 24 deputados são citados no inquérito ou aparecem recebendo dinheiro, entre eles o presidente da Casa, Leonardo Prudente (DEM), e o corregedor Júnior Brunelli (PSC).

A assessoria de Arruda disse que advogados prepararam interpelação judicial para questionar "falhas técnicas" apontadas pela PF ao transcrever o diálogo gravado em 21 de outubro.

Segundo relatório da PF, a gravação "não compreende ao registro de toda situação" em razão de pane técnica. Com base nisso, a assessoria de Arruda avalia que a interpretação do diálogo fica comprometida.

Camargo deu propina a 200 políticos, diz PF (Folha de SP) 02/12/09

Relatórios citam deputados, secretários e conselheiros e ministros de Tribunais de Contas como supostos beneficiários

Autoridades que gozam de foro privilegiado têm nome retirado de processo sobre construtora, pois só podem ser julgados por STF ou STJ

MARIO CESAR CARVALHO
LILIAN CHRISTOFOLETTI
DA REPORTAGEM LOCAL

A relação de políticos suspeitos de terem recebido propina da empreiteira Camargo Corrêa já ultrapassa 200 nomes, segundo relatórios da Operação Castelo de Areia da Polícia Federal. Estão na lista deputados federais, secretários municipais e conselheiros e ministros de Tribunais de Contas, segundo a Folha apurou.

Esses nomes estão sendo separados do processo sobre a empreiteira porque os supostos envolvidos gozam de foro privilegiado e não podem ser investigados por procuradores nem julgados pela primeira instância da Justiça.

Quando estiver pronta, a listagem será encaminhada pelo Ministério Público Federal à Procuradoria-Geral da República, em Brasília.

A Procuradoria, por sua vez, deve enviar cópias de toda a documentação ao STF (Supremo Tribunal Federal), ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e aos tribunais regionais federais, instâncias que têm poder de investigar políticos que ocupam cargo eletivo.

O advogado da Camargo Corrêa, Celso Vilardi, diz que não teve acesso aos documentos reunidos pela PF e, por isso, não comentaria o suposto pagamento de propina. Ele classificou de "criminoso" o que chamou de "vazamento de informação" (leia texto abaixo).

A lista do pendrive

Todos os nomes de políticos e funcionários públicos foram encontrados em planilhas que estavam armazenadas em um pendrive ou em pastas apreendidas na sala de Pietro Francesco Giavina Bianchi, diretor da Camargo Corrêa.

Bianchi é um dos diretores da Camargo Corrêa acusados pelo Ministério Público Federal de lavagem de dinheiro com origem em corrupção passiva e ativa e evasão de divisas.

Ontem, a Folha revelou que a acusação atinge Darcio Brunato e Fernando Dias Gomes, além de Bianchi.

Na denúncia (acusação formal) contra os diretores, a procuradora Karen Louise Jeanette Kahn diz que a Camargo Corrêa pagou cerca de R\$ 4 milhões em propina para conseguir vencer duas licitações e para mudar a legislação sobre uma área no município de Caieiras, na Grande São Paulo, no qual a construtora fez um empreendimento imobiliário.

As licitações eram para a construção de cinco hospitais no Pará e a produção de 23 embarcações para a frota da Transpetro (Empresa Petrobrás de Transporte) no Estado do Rio de Janeiro. A Transpetro disse em nota que seguiu as recomendações feitas pelo Tribunal de Contas da União.

No caso dos cinco hospitais, construídos em Belém, Santarém, Breves, Redenção e Altamira, Kahn diz que papéis apontam que a suposta propina foi paga ao PT e ao PMDB.

A Folha apurou que o PT aparece nos documentos como beneficiário de R\$ 230 mil e o PMDB, de R\$ 130 mil.

Os cerca de R\$ 4 milhões não foram entregues diretamente aos políticos no Brasil, de acordo com a procuradora.

Na acusação, ela sustenta que o dinheiro era transferido para empresas "offshore" com sede nos Estados Unidos, Suíça, Andorra e Taiwan.

"Offshores" são empresas que têm como uma de suas características a dificuldade de saber quem são os seus verdadeiros controladores. Esse tipo de companhia também é usada em negócios ilícitos por causa dos empecilhos legais que oferece para se saber quem foi o beneficiário final do dinheiro.

O Ministério Público diz que as remessas eram feitas por Kurt Pickel, um suíço radicado no Brasil que já trabalhou para bancos do seu país de origem e é acusado de operar como doleiro do suposto esquema de pagamento de propina.

A procuradora sustenta que a intimidade entre Pickel e a Camargo Corrêa era tamanha que ele tinha a senha bancária para fazer movimentações financeiras em nome dos diretores da construtora.

Centrais sindicais criticam o artigo de César Benjamin (Folha de SP) 02/12/09

Dirigentes dizem que texto "irresponsável e calunioso" quer criar factóide para atingir governo Lula na eleição de 2010

Sindicalistas atacam jornal por ter publicado texto "sem ter verificado a veracidade dos fatos relatados, que se demonstraram mentirosos"

DA REDAÇÃO

Seis centrais sindicais do país divulgaram ontem uma declaração na qual criticam a publicação do artigo "Os Filhos do Brasil", de César Benjamin, na edição de 27/11 da Folha.

O manifesto é assinado por Antonio Neto (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), Artur Henrique (Central Única dos Trabalhadores), José Calixto Ramos (Nova Central Sindical de Trabalhadores), Paulo Pereira da Silva (Força Sindical), Ricardo Patah (União Geral dos Trabalhadores) e Wagner Gomes (Central de Trabalhadores do Brasil).

Segundo as centrais, "a publicação do irresponsável e calunioso artigo de César Benjamin insere-se num movimento mais amplo patrocinado por forças políticas que, afastadas do governo central e desorientadas frente aos êxitos da administração do presidente Lula, busca criar factóides para atingi-lo, objetivando claramente as eleições de 2010".

No artigo, Benjamin relatou conversa que presenciou durante a campanha de Lula em 1994, em que o então candidato a presidente disse que, no período em que esteve preso no Dops, em 1980, tentou "subjugar", num contexto sexual, um companheiro de cela chamado por ele de "menino do MEP".

Os sindicalistas afirmam que "é inaceitável que um veículo de comunicação como a Folha de S.Paulo, um dos mais importantes jornais do país, dedique uma página inteira de uma de suas edições para publicar um artigo de conteúdo atentatório à moral do presidente da República, sem qualquer preocupação de verificar a veracidade dos fatos relatados, que se demonstraram mentirosos de acordo com as declarações posteriores colhidas daqueles que dele participaram".

Os sindicalistas afirmam que o debate eleitoral tem de ser sobre propostas, "evitando-se a via da calúnia e da fofoca como arma política e eleitoral".

Economia informal cresceu na crise, diz FGV (Folha de SP) 02/12/09

No período de 12 meses completados em junho, a geração de riqueza no chamado segmento subterrâneo cresceu 21,5%

Exportações em queda e uma maior percepção de corrupção contribuíram para esse desempenho do setor, aponta estudo

SAMANTHA LIMA
DA SUCURSAL DO RIO

A queda nas exportações e a maior percepção de corrupção contribuíram para a disparada do desempenho da chamada economia subterrânea, no período de um ano até junho, mostra pesquisa da FGV.

Nessa fase, que englobou o pior da crise, a geração de riqueza -o chamado PIB- no segmento cresceu 21,5%. Sua fatia na economia brasileira engordou 22,6%.

Entende-se como economia subterrânea o segmento formado por empresas e profissionais que não informam ao governo suas receitas e rendas.

Para a FGV (Fundação Getúlio Vargas), que calcula o indicador, esses fatores influenciaram mais esse segmento informal do que a desaceleração na economia geral, decorrente da crise, entre o fim do ano passado e o início deste ano. A FGV não calcula o tamanho da economia subterrânea no PIB, mas estima algo entre 10% e 20%.

Nos primeiros meses pós-crise, o mercado informal ainda se beneficiava do aumento da renda do brasileiro, anterior à crise -a massa salarial no país subiu 2,8% nesse período, segundo o IBGE.

"A crise não teve um impacto direto na economia subterrânea inicialmente, já que o efeito imediato foi a menor oferta de crédito. Esse mercado não depende de crédito. Além disso, a massa salarial alta manteve aquecida a demanda por bens e serviços desse mercado", diz o economista Fernando Holanda Barbosa Filho, da FGV.

"A atividade de exportar exige das empresas uma maior legalização, o que funciona como inibidor da informalidade", diz o economista. A crise reduziu a venda de mercadorias brasileiras ao mundo em 22% entre janeiro e junho.

"Já a percepção de corrupção dá a empresas e trabalhadores liberais a sensação de impunidade, sendo um incentivo para o não cumprimento de regras", diz o economista.

O desempenho da economia subterrânea entre julho de 2008 e junho de 2009 é o maior desde 2003 para esse período de comparação: cresceu 35%. Sua fatia no PIB avançou 17%.

Agora, porém, o efeito da crise já fica mais evidente. No segundo trimestre, o segmento cresceu apenas 1,1% -sua fatia no PIB encolheu 0,8%. Para os próximos meses, a expectativa da FGV é de crescimento maior da informalidade. "A economia formal está se aquecendo e vai puxar a subterrânea junto", diz Barbosa Filho.

Ruy Quintans, professor do Ibmec-Rio, porém, atribui o aumento atual da economia subterrânea ao desemprego. Mas Quintans concorda que a tendência seja de alta. "Se o país crescer mas não resolver problemas como custo da contratação, alta taxa de juros, educação deficiente, a economia subterrânea vai explodir."

PRÉ-SAL

Relator quer reduzir ganho da União em campo já licitado (Folha de SP) 02/12/09

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Sem a concordância plena da União, o relator do novo modelo de produção do pré-sal, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), fechou acordo com os Estados nordestinos e os produtores de petróleo reduzindo a parcela da União nos royalties e na participação especial dos campos já licitados.

A intenção do relator é colocar em votação o novo texto hoje no plenário da Câmara, em que reduz a parcela da União na participação especial, espécie de royalty extra cobrado nos campos rentáveis, de 50% para 35%. No caso dos royalties, ela cairia de 30% para 22%.

O governo aceita o acordo apenas em relação à mudança na divisão dos royalties das áreas já licitadas do pré-sal, cerca de um quarto do total. Quanto à participação especial, a ordem, até o retorno do presidente Lula de viagem ao exterior, é rejeitar a proposta.

Antes de viajar para a Europa, Lula orientou sua equipe a não aceitar mudanças na divisão da participação especial, cuja arrecadação só tende a crescer nos campos do pré-sal. A alíquota desse tipo de tributo sobe de acordo com a produção dos campos, que tende a ser crescente nas novas reservas de petróleo.

Henrique Eduardo Alves disse ontem que espera convencer o presidente da necessidade de mudança na distribuição dos recursos da participação especial. "Sem essa alteração, o projeto não passa. Sei que o governo não gosta dessa solução, mas ela é a possível", afirmou ontem.

O governador Sergio Cabral (PMDB-RJ) espera o apoio de Lula à nova proposta. Por meio dela é a União que cederia parte de sua receita para os Estados produtores. (LEILA COIMBRA, MARIA CLARA CABRAL e VALDO CRUZ)

Pressão por licença derruba dois no IBAMA (O Estado de SP) 02/12/09

Diretor de licenciamento e técnico trabalhavam[br]no licenciamento da Hidrelétrica de Belo Monte

Leonardo Goy, BRASÍLIA

O polêmico e complexo processo de licenciamento do projeto da Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), já começa a abalar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). O diretor de licenciamento do órgão ambiental, Sebastião Custódio Pires, deixará o cargo.

Segundo o Ibama, a mudança foi uma decisão interna e se dará por meio de ato administrativo. Mas as mudanças não param por aí. O coordenador-geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do Ibama, Leozildo Tabajara da Silva Benjamin, pediu para deixar o posto e teve sua exoneração confirmada ontem.

Tanto Pires quanto Benjamin trabalhavam no licenciamento da Hidrelétrica de Belo Monte. Segundo informações de um importante funcionário do Ibama, que preferiu não se identificar, os dois estão de saída por causa das pressões do governo para acelerar o licenciamento da usina.

De acordo com essa fonte, ainda há divergências na área técnica do Ibama quanto à viabilidade ambiental da obra. Mesmo assim, diz esse funcionário, há muita pressão para que a licença seja assinada logo.

Exemplo disso foi a atitude do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, no mês passado, ao anunciar uma data - dia 16 de novembro - para a publicação da licença ambiental. O Ibama negou que o processo estivesse terminado e até agora não há um parecer conclusivo. O fato é que há uma série de interrogações que ainda não foi esclarecida, alertam ambientalistas.

Com potência instalada de 11,2 mil megawatts (MW), a Usina de Belo Monte é o último grande projeto de geração de energia a ser iniciado dentro do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas trata-se de um projeto polêmico, principalmente no que se refere aos seus impactos sociais. As comunidades indígenas que vivem na região do Xingu são contra a obra, assim como organizações sociais e ambientais. Até o cantor britânico Sting, em companhia do cacique Raoni, fez recentemente críticas à obra.

Ontem, o projeto foi debatido em audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal, com a presença de representantes de pelo menos seis comunidades indígenas (araras, jurunas, caiapós, xavantes, xipaias e xicrins).

O debate sobre prós e contras, porém, acabou sendo esvaziado pelo governo. Não foi enviado para a audiência nenhum representante dos órgãos de governo mais diretamente relacionados à obra como o Ibama, que está licenciando o projeto, nem da Eletrobrás, responsável pelo estudo de impacto ambiental, nem do Ministério de Minas e Energia ou da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A ausência de autoridades relacionadas diretamente à obra incomodou os procuradores. A vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat, disse que, "se não é possível conversar, o caminho que nos resta é o judicial".

Na mesma linha, o procurador da República no Pará, Ubiratan Cazetta, disse que a não participação da Eletrobrás, Ibama e outros órgãos importantes na audiência faz parte de uma estratégia do governo "de esconder informações". "Falta vontade de dialogar", disse Cazetta.

COLABOROU RENÉE PEREIRA

"As petroleiras não estão indo embora" (O Estado de SP) 02/12/09

Executivo refuta a ideia de que novo marco regulatório do petróleo está afastando petroleiras estrangeiras

Tatiana Freitas e Roberval Angelo Schincariol, AGÊNCIA ESTADO

Entrevista

José Sérgio Gabrielli: presidente da Petrobrás

O novo marco regulatório do setor de petróleo não está afastando petroleiras estrangeiras do Brasil, apesar de haver sinais desse movimento, avalia o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, em entrevista exclusiva à Agência Estado. Segundo ele, o que está ocorrendo é um ajuste de portfólio no mercado internacional. A americana Devon pôs seus ativos no País à venda e a italiana Eni indicou que pretende reduzir suas atividades por aqui. "Elas não estão deixando o País, mas ajustando seus portfólios internacionais. As empresas estrangeiras estão deixando as bacias com maior risco", disse. "Tenho conversado com muitas empresas de petróleo e o interesse de vir para o Brasil é extraordinário."

Gabrielli comentou o processo de capitalização da estatal, rebatendo críticas de que há pressa em promover a oferta de ações para garantir o aumento da participação da União na companhia antes das eleições presidenciais. Ele rejeitou também as reclamações da indústria paulista no mercado de gás. "É uma loucura um grande consumidor querer

contratar gás de 2016 em diante. Eles querem que a Petrobrás faça o quê? Resolva os problemas de todos os setores da economia? Não pode."

Apesar de admitir que há interesse em entrar no mercado de distribuição de gás em São Paulo, o executivo evitou comentar se a estatal negocia a compra da Gás Brasileiro. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Depois de alguns meses da apresentação do novo marco regulatório do de petróleo, começam a aparecer petroleiras estrangeiras com interesse em deixar o País. Qual é a sua avaliação dessa situação?

Elas não estão deixando o País, mas ajustando seus portfólios internacionais. Nós, por exemplo, vamos deixar de expandir nosso investimento internacional para nos concentrarmos no projeto do pré-sal. Esse é o nosso ajuste de portfólio. O Brasil tem várias bacias exploratórias, com riscos diferentes. As empresas estrangeiras estão deixando as bacias de maior risco.

O sr. acredita que elas voltem em novos processos licitatórios?

Sim. Claro que depende da situação financeira e do portfólio de cada uma. Eu tenho conversado com muitas empresas de petróleo e o interesse de vir ao Brasil é extraordinário. E não só as parceiras da Petrobrás, mas empresas que querem ser.

Pode dar o nome de alguma?

Não, as negociações estão ocorrendo. Mas há várias empresas grandes que não estão no pré-sal, mas estão interessadas em entrar no pré-sal, que têm procurado a Petrobrás. E aquelas que têm pequena participação demonstram interesse em aumentar sua parte.

Há uma certa pressa em aprovar os projetos de lei do marco regulatório e da capitalização da Petrobrás. Existe a preocupação de que, em uma eventual mudança de governo, haja alteração nos planos da Petrobrás?

Não. É impossível uma empresa de petróleo funcionar com um horizonte de quatro anos. O plano estratégico trabalha até 2020. O próximo plano deve ter horizonte até 2030.

Então, é um caminho sem volta.

Não, espera um pouco. Estou falando do plano estratégico. A forma de organização e a prioridade dependem do governo. Não tem dúvida. Só para dar um exemplo: mais de 90% do crescimento da produção da Petrobrás nos últimos 11 anos vêm dos campos de Marlim, Jubarte, Roncador e Albacora, descobertos na época do monopólio. Isso porque entre a descoberta e o primeiro óleo demora sete, oito anos. Se você olhar de 2009 a 2015, o pré-sal vai ter pouco impacto no crescimento da produção. O pré-sal atualmente concedido vai ter impacto a partir de 2017. O pré-sal ainda não concedido vai levar sete, oito anos depois da descoberta. Portanto, quanto mais rápido você tiver o marco regulatório, mais o seu horizonte de sete anos à frente se aproxima. Na indústria do petróleo, sete anos podem ser fatais. É muito importante manter o crescimento, incorporar novos barris às reservas. E isso tem duas maneiras: ou você incorpora novos campos à produção ou faz com que os campos atuais produzam mais. As duas coisas precisam de tempo.

Com os recursos que a Petrobrás tem é possível manter os investimentos para as áreas do pré-sal já concedidas sem a capitalização?

A capitalização é muito importante para fortalecer a estrutura de capital da Petrobrás, sem dúvida. Hoje a Petrobrás tem um plano de investimento de US\$ 174 bilhões para cinco anos, que vai aumentar. Quanto, eu não sei ainda. Mas, com certeza é maior; US\$ 174 bilhões em cinco anos significa que é preciso investir de US\$ 34 bilhões a US\$ 35 bilhões por ano. A companhia não é capaz de gerar caixa livre para fazer esse investimento. Você tem que aumentar dívida. Em 2009, levantamos US\$ 31 bilhões de dívida nova. Não é possível fazer isso todo ano, principalmente se você tem uma estrutura de capital em que sua razão dívida/capital próprio aumenta. Então ou você diminui dívida ou aumenta o capital próprio. Como nós vamos ter que continuar investindo...

Mas a geração de caixa também vai aumentar.

A geração de caixa vai aumentar em um horizonte distinto pelo volume. Porque você não está projetando aumento de preço, você trabalha com preços conservadores.

Até o início do debate sobre a capitalização, o discurso era que seria possível manter a alavancagem mesmo com esse plano de US\$ 174 bilhões.

E as áreas não concedidas? Como será feito?

O mercado vem questionando a pressa da Petrobrás em fazer essa capitalização, pois os investimentos nas áreas não concedidas são de longo prazo e há falta de definição do preço dos barris de petróleo que farão parte da cessão onerosa. Por que não esperar 12 meses ou 24 meses para fazer essa capitalização, já que esses investimentos de US\$ 174 bilhões já estariam garantidos, de acordo com o discurso anterior?

Por duas razões simples. Porque o barco não para, os investimentos continuam. Isso significa que, quanto mais saudável for a relação dívida/capital próprio, mais condições você terá de captar novos recursos, em condições melhores, a custos menores. Do ponto de vista puramente financeiro, tem lógica aumentar o capital se você tem investimentos crescentes. O problema da reavaliação do valor da cessão onerosa, da forma que está estruturada, ocorrerá em um determinado período fixo. Portanto, será perfeitamente precificável no início da operação, que será feita separadamente da operação de capitalização.

A cessão onerosa dá suporte à capitalização?

Dá suporte em termos de sinalizar tamanho. Mas não tem nenhuma relação direta entre uma coisa e outra. Pode ser maior, pode ser menor do que a operação de cessão onerosa, que é uma operação comercial.

Mas é um dos fatores que definirão o valor da capitalização?

Ela sinaliza o tamanho, mas não determina. O tamanho vai depender exatamente da avaliação que a Petrobrás fará das condições de o mercado capitalizar a Petrobrás. São duas coisas diferentes. Evidentemente - e a preocupação do mercado tem, a meu ver, essa origem - é a capacidade do mercado de subscrever. Esse é o problema.

Aí vem o questionamento: essa pressa toda não é para garantir o aumento da participação da União na Petrobrás?

Não. Acho que pode acontecer, mas esse não é o objetivo. Se o mercado subscrever, não acontecerá. Eu acho que é uma visão um pouco ideológica. Se aumentar a participação da União porque ela colocou mais recursos, qual o problema? Só porque é Governo? A operação que está sendo proposta dá todos os direitos a todos os acionistas.

Então o sr. acha que essa avaliação de que há pressa está equivocada?

Essa ideia de precipitação é de quem não entende da indústria do petróleo e entende de finanças. Em finanças você pode fazer a operação a qualquer momento, é indiferente o tempo. Na indústria do petróleo, tem um tempo de investimento e ele é físico, não tem como. A gravidez é um fato real.

Por que, então, não autorizar que os minoritários utilizem os recursos do FGTS para subscrever?

O FGTS é uma moeda pertencente a um fundo para garantia do futuro que, no passado, o governo permitiu que os trabalhadores usassem para aplicar em um ativo de risco, que são ações. Se o Governo renova essa autorização para os mesmos que optaram naquela época, estará aprofundando a diferença entre os que fizeram aquela opção, naquele momento, e os que não fizeram a opção naquele momento. Você está usando o mesmo recurso para aprofundar uma diferença.

A Petrobrás já tem um valor aproximado, um número mágico para essa capitalização?

Não tem número nenhum, não tem mágica nisso. Aí você tem que saber onde vai se produzir, e a perfuração está começando. Vai depender do resultado da perfuração, da projeção de produção que virá dessa produção, dos custos estimados para esse investimento e da variação de receita. Então é impossível dizer qualquer número. É chute.

O que, de fato, falta para fechar essa equação é a questão da cessão onerosa, não é? Porque vocês já devem saber o valor dos investimentos que vão precisar.

Não sabemos o valor dos investimentos fora do pré-sal concedido. Não tem como, é uma área desconhecida. Você mal e porcamente tem sísmica. Não tem perfuração nenhuma fora do pré-sal concedido. Só tem furo em áreas concedidas.

Esse trabalho vai correr de forma a possibilitar a capitalização até o final do primeiro semestre?

Sim, é a cessão onerosa. Vamos localizar áreas onde podem ser produzidos cinco bilhões de barris. Lembre que hoje as nossas reservas são de 14 bilhões. Os recursos identificados como potencial produção são de 10 bilhões a 16 bilhões de barris em Tupi, Iara, Guará e Parque das Baleias. Agora, nos campos de Caramba, Carioca e Bem-Te-Vi, não se sabe qual o volume. E das áreas não concedidas, ninguém sabe nada.

Governo faz novo acordo sobre regras do pré-sal (O Estado de SP) 02/12/09

Diretor de licenciamento e técnico trabalhavam no licenciamento da Hidrelétrica de Belo Monte. União cede aos Estados não produtores parte das receitas do petróleo a que terá direito em áreas licitadas

Renato Andrade, BRASÍLIA

O governo federal aceitou ontem um novo acordo para tentar retomar a votação dos projetos de lei que estabelecem o marco regulatório do pré-sal na Câmara dos Deputados. Depois de enfrentar reclamações de praticamente todos os Estados, a União resolveu ceder parte das receitas a que terá direito na exploração dos campos do pré-sal já licitados, garantindo assim mais recursos para Estados e municípios que não produzem petróleo na costa brasileira e mantendo intactas as receitas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, os maiores produtores do País.

Pela nova proposta, a União abrirá mão de parte do dinheiro obtido com a cobrança de royalties, compensação devida pelas empresas que exploram petróleo, aumentando a parcela que será dividida entre Estados não produtores de petróleo. A proposta de acordo mantém em 26,25% a fatia dos royalties a ser dividida entre Estados produtores, mas reduz de 30% para 22% a fatia da União e de 26,25% para 12,25% a parcela dos municípios produtores. Estados e cidades que não produzem petróleo na costa vão dividir 30,75% das receitas com a cobrança dessa compensação.

A divisão dos royalties foi acertada pelo governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), em reunião na segunda-feira com os ministros Dilma Rousseff (Casa Civil), Edison Lobão (Minas e Energia) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais). Campos liderou o movimento dos governadores do Nordeste que deu início ao impasse com o Rio de Janeiro, por causa da proposta de alterar a divisão de receitas das áreas do pré-sal já licitadas.

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

Os deputados da bancada do Nordeste ainda querem convencer o governo a mexer na divisão da participação especial, espécie de "royalty extra" cobrado nos campos mais rentáveis. O líder do PSB na Câmara, Rodrigo Rollemberg (DF), levou ao ministro Padilha a proposta de reduzir de 50% para 35% a fatia da União dos recursos obtidos com essa compensação extra. Esses 15% seriam divididos entre os Estados não produtores, que ficariam com 10 pontos percentuais, e os municípios não-produtores, que receberiam os 5 pontos restantes.

A União, porém, ainda resiste à ideia. O principal argumento do Planalto contra a proposta é que esse dinheiro vai compor o Fundo Social, que será formado por receitas obtidas com a exploração da nova área petrolífera para programas na área de educação e redução da pobreza.

O líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), relator do principal projeto do pré-sal, também defende a proposta de divisão da participação especial entre Estados e municípios não produtores. Segundo ele, esse rateio será incluído em seu relatório, uma vez que ele representa uma "justa distribuição" de recursos.

A retomada das votações do pré-sal depende agora da aprovação de uma medida provisória (MP) que tranca a pauta de votações da Casa. Assim que a MP for votada, a base aliada pretende iniciar a discussão do projeto sobre o modelo de partilha.

NÚMEROS

26,25% é a parte dos royalties que será dividida entre Estados produtores de Petróleo

22% é a nova fatia da União nos royalties
30,75% é a parte dos

Estados e cidades não produtores

Política anticrise freia expansão da informalidade (O Estado de SP) 02/12/09

Crescimento no ano foi só de 2%

Alexandre Rodrigues, RIO

Os incentivos fiscais da política anticrise do governo contribuíram para a redução do ritmo de crescimento da economia informal no primeiro semestre de 2009. Entre dezembro de 1998 e junho de 2009, a economia informal evoluiu só 2%, segundo o Índice da Economia Subterrânea divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), em parceria com o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO). No segundo semestre de 2008, o ritmo de crescimento foi de 21,42%.

De acordo com o índice, o crescimento da economia subterrânea, que envolve bens e serviços não declarados ao governo (com sonegação de impostos e contribuições trabalhistas) ficou 0,9 ponto porcentual acima da variação, de 1,1%, do Produto Interno Bruto (PIB) no período, ante o segundo semestre de 2008.

A variação do PIB adotada pelos técnicos da FGV não é calculada pelo IBGE. O instituto, que mede oficialmente a evolução na economia, não apura a variação no semestre ante o anterior por falta de ajuste sazonal. Em relação ao mesmo período de 2008, o PIB caiu 1,5% nos seis primeiros meses de 2009, segundo dados do IBGE.

O índice da FGV mostra forte desaceleração no crescimento da economia informal. Considerando os 12 meses anteriores a junho de 2009, o crescimento é de 21,5%. Segundo o pesquisador da FGV Fernando de Holanda Barbosa Filho, a economia que está à margem do que é medido pelo PIB sofre influência direta da economia formal, já que o aumento da renda leva as pessoas a consumir produtos e serviços nos dois setores.

Como não é vulnerável às oscilações do mercado financeiro, a economia informal se descolou da formal no primeiro momento da crise e só absorveu os seus efeitos este ano. Contudo, diz Barbosa, a informalidade tende a voltar a crescer com a retomada econômica e o fim dos incentivos.

Barbosa atribuiu a desaceleração do ritmo de expansão da economia informal sobretudo à redução dos impostos, considerados os principais estímulos à informalidade.

"Ao mesmo tempo, a queda no nível de atividade reduz a demanda de bens e serviços providos pela economia subterrânea, reduzindo seu ritmo de crescimento", observa Barbosa.

Como a informalidade é de difícil medição, a metodologia desenvolvida pela FGV cruza variáveis como carga tributária, nível de rigidez do mercado de trabalho (que leva a contratações sem carteira assinada), exportações (cuja burocracia desestimula a formalização de atividades) e a percepção de corrupção.

Light é multada (Valor Econômico - Curtas) 02/12/09

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) divulgou ontem ter multado a Light em R\$ 3,9 milhões pelo descumprimento das metas dos indicadores de qualidade DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) referentes a 2008. Segundo nota da agência reguladora, a multa foi emitida na segunda-feira e o prazo para recursos é de 10 dias.

Futuro da Areva

O consórcio formado pela Alstom e pela Schneider está prestes a fechar a compra da Areva T & D, que possui filial no Brasil. Em junho, após rever o plano de desenvolvimento empresarial, a Areva decidiu vender sua divisão de transmissão e distribuição de energia. A empresa decidiu negociar a venda exclusivamente com Alstom e Schneider, que haviam oferecido € 2,29 bilhões.

Infraestrutura: Órgão ainda não concedeu licença para Belo Monte

Em meio às pressões por licença, diretor do Ibama cai (Valor Econômico)

02/12/09

Daniilo Fariello, de Brasília

A audiência pública para debater a usina de Belo Monte, ontem, teve a participação de várias etnias indígenas e a ausência de vários órgãos federais convidados

O diretor de licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Sebastião Custódio Pires, deixou o cargo ontem por ato administrativo do presidente da instituição, Roberto Messias Franco. A mudança ocorre em meio a acalorada discussão a respeito da liberação da licença ambiental para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Depois de descumprir diversas datas prometidas para divulgação da licença prévia, o Ibama ainda não se manifestou oficialmente sobre quando e se sairá a permissão para a construção da usina, com capacidade de até 11 mil MW no Pará. Alguns técnicos da autarquia são contrários à sua viabilidade.

Ontem, no "Diário Oficial da União", também foi publicada a exoneração de Leozildo Tabajara da Silva Benjamim, coordenador-geral de infraestrutura de energia elétrica do Ibama. A saída de ambos seria motivada por divergências a respeito do licenciamento de Belo Monte. Segundo a assessoria de imprensa do Ibama, Benjamim pediu exoneração por razões pessoais.

De qualquer forma, o episódio remonta à debandada que sofreu o Ibama em 2007, quando o então presidente da entidade, Marcus Barros, foi afastado e acompanhado por outros seis diretores, inclusive o de licenciamento à época, Luiz Felipe Kunz. Naquele ano, o tema em questão era o licenciamento de Jirau e Santo Antônio, as hidrelétricas do rio Madeira, em Rondônia. Junto com a substituição do presidente do Ibama então, foi criado o Instituto Chico Mendes (ICMBio), que passou a dividir com a autarquia responsabilidades no licenciamento.

Em 2007, a diretoria do Ibama rejeitou o parecer elaborado por seus técnicos, contrário à concessão de licença ambiental prévia às usinas do rio Madeira.

Agora, o Ibama tem sido cobrado por representantes do Ministério de Minas e Energia (MME) e outras instituições governamentais para apressar a liberação da licença. Segundo o cronograma do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do qual Belo Monte é uma das obras mais caras, a licença prévia deveria ter sido emitida até 26 de outubro, para que o leilão ocorresse no dia 15. A data esperada para o leilão, agora, é janeiro do próximo ano, mas prevista apenas informalmente, até que seja divulgada a licença prévia.

Ontem, o Ministério Público Federal promoveu uma audiência pública para debater a construção da usina de Belo Monte. O evento foi marcado pela ausência dos principais órgãos federais envolvidos. Convidados, não apareceram representantes do MME, do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Eletrobrás.

O procurador federal no Pará, Ubiratan Cazetta, disse perceber a ausência das autoridades como parte de uma estratégia para esconder informações essenciais da população. Para ele, há risco de, depois de iniciadas as obras, verificar-se que seja necessário um barramento maior de água para usina, que elevaria o impacto ambiental. Cazetta, que já conseguir liminar na Justiça exigindo mais audiências públicas na região - depois derrubada pelo Ibama - promete não esmorecer. "Haverá questionamento em cada passo, porque no primeiro passo se errou, ao não ouvir toda a população local", comenta.

Na mesma audiência, o representante do ICMBio, José Carlos Reino, informou que os técnicos da área vão a Belo Monte no dia 12 para avaliar as cavernas da região. Sem essa análise, o licenciamento não poderá ser concedido. Ou seja, ainda há pendências para sua divulgação.

No evento, representantes indígenas e ribeirinhos apresentaram gritos de resistência à obra, uma carta contra a Funai e faixas em desagravo à construção e ao papel do BNDES como financiador. André Rondon, representante do BNDES no evento, disse que o banco oferecerá recursos nas mesmas condições dadas para a construção da obra a projetos sociais no seu entorno. "Estamos disponibilizando crédito para muito além do que consta como necessidade no licenciamento."

Carteira Valor: Resultado reforça a tese de que gestão ativa cria valor; indicações para dezembro privilegiam commodities.

Desde a criação, portfólio rende 1.355% (Valor Econômico) 02/12/09

Por Adriana Cotias, de São Paulo

Quem investiu R\$ 10 mil na Carteira Valor desde que ela foi criada, em janeiro de 2001, e fez as alterações mensais resultantes das indicações das corretoras participantes tem hoje um patrimônio em ações de mais de R\$ 145,5 mil, com rentabilidade de 1.355%. Se tivesse optado por simplesmente acompanhar o Ibovespa, o capital ao longo do tempo teria se limitado a R\$ 43,9 mil, com ganhos de 339%. Na renda fixa, o dinheiro teria se multiplicado 3,7 vezes, a R\$ 37,5 mil, segundo cálculos do Valor Data. Esses números evidenciam que a gestão ativa em portfólios de ações cria valor para os aplicadores qualquer que seja o ciclo de crescimento econômico.

No mês passado, enquanto o Ibovespa avançou 8,93%, o portfólio das 10 mais subiu 11,06%. No acumulado do ano, os ganhos chegavam a 84,03%, em comparação aos 78,55% do índice. Depois de tanto gás, as indicações para dezembro contemplam principalmente ações ligadas à cadeia de commodities, com as empresas do grupo X, de Eike Batista, ganhando visibilidade - MMX sozinha aparece com 3 recomendações. Petrobras e Vale, depois de ficarem em segundo plano, enquanto os analistas privilegiavam papéis relacionados à atividade interna, voltaram a encabeçar a lista, com 4 e 3 menções, respectivamente. O rol de fornecedoras de matérias-primas se completa com Gerdau, Usiminas, Cia. Siderúrgica Nacional (CSN) e Cosan.

A recuperação da produção siderúrgica no mundo, com a retomada de plantas paralisadas para atender a demanda da Ásia, justifica um cenário mais promissor para as fabricantes de commodities em geral e para a Vale em particular, diz o analista Max Bueno, da Spinelli Corretora. "As siderúrgicas chegaram a trabalhar com 40% da capacidade instalada e agora está próxima dos 70%, muito disso explicado pela China, que tem demandado grandes volumes de minério de ferro, em níveis anteriores à crise." A maior procura fez o preço do minério saltar de US\$ 40 para mais de US\$ 90, o que sinaliza maior geração de caixa pela frente, completa.

O setor sucroalcooleiro, representado pela Cosan na carteira de dezembro, também vive um momento auspicioso na opinião de Bueno. A recente elevação das cotações do açúcar no mercado internacional por conta da quebra de safra na Índia e a maior demanda interna de etanol para fazer jus ao aumento da frota de veículos flex têm o potencial de impulsionar as margens da companhia num momento de entressafra na produção da cana-de-açúcar. "Os preços finais têm subido em velocidade mais rápida que o custo."



Já para a Petrobras, enquanto o modelo de exploração do pré-sal e a capitalização bilionária para fazer frente a esses investimentos ganham as páginas dos jornais, os ganhos de eficiência na área de refino de derivados de petróleo têm sido ofuscados, assinala Bueno. Ele explica que com os investimentos para extrair mais diesel, o produto mais nobre, no processo de craqueamento (quebra) de petróleo, a estatal tem conseguido um efeito positivo na sua balança comercial - exportando mais derivados em vez de petróleo pesado - e na conta financeira. Neste ano, o superávit em nove meses chega a US\$ 1,8 bilhão, revertendo um déficit da mesma ordem em igual intervalo do ano passado. "O pré-sal até ter

produção representativa levará alguns anos, os projetos ainda são pilotos, mas enquanto os campos maduros não atingem larga escala, a petrolífera melhora a sua operação."

Na carteira da Bradesco Corretora, apesar de trazer três indicações de fabricantes de matérias-primas, com Gerdau, MMX e OGX, isso não quer dizer que a casa virou a mão para commodities, elucida o chefe de análise, Carlos Firetti. "Estamos apostando em coisas específicas", diz. No primeiro caso, a retomada dos investimentos na unidade Açominas, em Ouro Branco, e a boa performance operacional, com preços e vendas mais favoráveis, justificam a escolha. A MMX, após a parceria estratégica com a siderúrgica chinesa Wuhan Iron and Steel Group (Wisco) ganha novo status entre as mineradoras globais e terá seu risco operacional reduzido. Já a OGX é uma aposta nos resultados da campanha exploratória, o que aumenta a percepção de valor da empresa. Além disso, o desdobramento de ações esperado para meados do mês vai tornar o papel mais acessível aos investidores individuais, ganhando em liquidez.

A MMX tem se provado um papel em franca ascensão de liquidez, já integra o Ibovespa e é muito procurado pelo estrangeiro, acrescenta o economista da Souza Barros, Clodoir Vieira. A sua carteira para o mês ainda inclui Petrobras e Usiminas, sem contar Confab, grande fornecedora da Petrobras.

Dentro do grupo de Eike Batista, a Ativa Corretora selecionou a MPX Energia, um negócio com estrutura verticalizada, desenhado para transformar energia térmica em elétrica, explica o analista Ricardo Correa. Conforme a companhia demonstre que tem gás no poço do Maranhão ou potencial de carvão na Colômbia, a operação tende a ganhar valor por poder dispor de fontes mais baratas de combustível, enquanto a modelagem tarifária para as usinas térmicas já tem um valor prefixado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). "Apesar de ter muitos condicionantes, a MPX deixou de ser um projeto especulativo e hoje tem usinas em construção e com potencial de crescimento", diz.

Nas suas recomendações para dezembro, a Ativa manteve o viés mercado interno, principalmente em setores favorecidos por um movimento sazonal no quarto trimestre, explica a estrategista Mônica Araújo. A sua expectativa é de que alguns setores, como consumo e serviços financeiros, acelerem seus resultados em comparação ao terceiro trimestre, enquanto outros comecem a aumentar investimentos. Marcopolo se encaixa neste último caso. Pão de Açúcar, por sua vez, é um papel que ficou para atrás e que está bem posicionado não só no varejo de alimentos como também em bens duráveis a partir da aquisição do Ponto Frio. Bradesco, com performance mais fraca em relação às outras instituições financeiras, também integra a lista da casa.

Governador cancela presença em homenagem mineira (Valor Econômico) **02/12/09**

César Felício, de Belo Horizonte

Figura ascendente do DEM até a eclosão da Operação Pandora, o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, era aguardado como a principal estrela da entrega da medalha do mérito legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que acontece amanhã, em Belo Horizonte. A cerimônia, em que Arruda seria o orador oficial, era mais uma etapa de aproximação com o governador de Minas, Aécio Neves (PSDB), e seus aliados.

O evento, que irá comemorar os 20 da promulgação da constituição estadual mineira, deverá reunir os ministros petistas do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, e da Secretaria Geral da Presidência, Luiz Dulci, além do ministro dos Esportes, Orlando Silva, do PCdoB. Caberia a Arruda falar em nome de todos os agraciados. Segundo a assessoria da presidência da Assembleia, assessores de Arruda informaram que o governador não está em condições de ausentar-se de Brasília esta semana.

Mineiro de Itajubá, Arruda está em Brasília desde o final dos anos 70, mas iniciou uma rota de aproximação com Aécio desde o início de seu mandato. Em 2008, Arruda atuou, sem sucesso, para que a seção local do DEM apoiasse a candidatura de Marcio Lacerda (PSB) em Belo Horizonte, como queria o governador. Já Aécio agiu no início do ano para que o PSDB brasileiro mantivesse o apoio a uma candidatura de Arruda à reeleição.

Este ano, Aécio e Arruda encontraram-se publicamente em seis ocasiões. Ambos não economizaram na troca de elogios. "Tenho com o governador Arruda uma relação absolutamente fraternal, uma admiração enorme. O que o governador Arruda vem fazendo hoje no Distrito Federal repercute já de forma positiva em todo Brasil. Temos a mesma visão de Estado e isso fortalece os nossos laços", disse Aécio em uma visita a Brasília em março, por ocasião de uma reunião dos governadores do Centro-Oeste.

Em maio, quando anunciou o interesse da estatal mineira de energia elétrica Cemig em comprar, por R\$ 1 bilhão, 50% do capital da brasiliense CEB, Aécio manteve-se na mesma linha. "O governador Arruda e sua equipe têm uma relação muito próxima com minha equipe". Nessas ocasiões, Arruda foi evasivo ao comentar sobre a possibilidade de uma aliança em 2010.

Dentro do DEM, onde os líderes se dividem entre as pré-candidaturas a presidente de Aécio e do governador de São Paulo, José Serra, Arruda estava longe de se comportar como um partidário do mineiro, segundo afirmou o ex-ministro da Previdência Social e integrante da Executiva mineira da sigla, Roberto Brant.

sal: Acordo com governadores prevê redução de 14 pontos percentuais dos royalties das cidades produtoras

Governo cede na partilha aos não produtores (Valor Econômico) 02/12/09

Raquel Ulhôa e Murillo Camarotto, de Brasília e Fortaleza

Renato Casagrande, Campos, Rollemberg e Pedro Eugênio: reunião com ministros selou acordo que levou a reação dos parlamentares do Rio de Janeiro

De Lisboa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comandou - por telefone - nova negociação entre governadores do Nordeste e ministros em torno da redução da arrecadação da União com royalties e participação especial (PE) pela exploração dos campos de pré-sal já concedidos. Os recursos serão cedidos aos Estados e municípios não produtores. Além de mexer com a parte da União, o entendimento prevê também redução de 14 pontos percentuais dos royalties dos municípios produtores - o que gerou mais uma reação de deputados do Rio de Janeiro.

Os campos que já foram licitados são calculados em 28% de todo o pré-sal, a reserva petrolífera localizada em camada profunda e a cerca de 200 a 300 km do litoral. Esses campos serão explorados pelo modelo atual, de concessão, e não pelo regime de partilha de produção, que será adotado para a área do pré-sal ainda não licitada. Pelo contrato de concessão, Estados e municípios não produtores têm direito a uma parcela mínima de royalties e a nada da participação especial.

Com o acordo, o governo espera conseguir aprovar na Câmara dos Deputados o projeto de lei que institui o regime de partilha de produção como modelo de exploração das novas reservas petrolíferas. Os líderes governistas tentam manter sua base em plenário hoje para votar ao menos o texto básico do substitutivo do relator, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), líder da bancada pemedebista. A análise dos destaques (votações de emendas ao texto) ficaria para a próxima semana. O relator é menos otimista. Acha que, "no máximo", conseguirá ler seu parecer nesta quarta-feira.

O acordo sofreu alteração ao longo do dia. A primeira proposta foi fechada na segunda-feira, em Brasília, entre os governadores Eduardo Campos (PSB), de Pernambuco, e Cid Gomes (PSB), do Ceará, que consultavam colegas por telefone, com os ministros Dilma Rousseff (Casa Civil), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Edison Lobão (Minas e Energia), além do secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin.

O primeiro acordo era restrito aos royalties. A parte da União cai de 30% para 22% - tudo destinado ao Fundo Social, que está sendo criado para financiar programas e ações de desenvolvimento social e regional. Os municípios produtores confrontantes (cujo litoral está defronte de campos de petróleo) perdem de 26,25% para 12,25% também dos royalties a serem pagos pelos concessionários.

Esse ponto do acordo enfrenta resistência de deputados do Rio, que já brigaram para manter intactos os recursos destinados ao Estado, que é o maior produtor de petróleo. "O que vale para o Estado vale para os municípios. Isso será questionado no Supremo Tribunal Federal (STF)", afirma o deputado Hugo Leal (PSC-RJ), coordenador da bancada fluminense. A alegação é que se trata de quebra de contrato em vigência.

Eduardo Campos, que divulgou ontem em Brasília os termos do acordo, contesta. Para ele, não há problema jurídico, porque é preservado o contrato entre governo e concessionárias. A alteração é restrita aos percentuais de divisão.

Pelo acordo, a parcela subtraída da União e dos municípios produtores vai para Estados e municípios não produtores, que recebem hoje apenas 8,75%. Esse será o percentual destinado aos municípios não produtores (8,75%). Os Estados não produtores passarão a receber 22%. A alíquota dos Estados produtores confrontantes não sofre alteração (26,25%) nem a dos municípios que sofrem com as operações de embarque e desembarque necessárias à exploração do petróleo no mar.

Essa proposta foi considerada insatisfatória por deputados do Nordeste, que, reunidos, exigiram uma parcela também da participação especial (PE), compensação financeira extraordinária devida nos casos de grande volume de produção ou alta rentabilidade. A PE, que hoje representa mais de 55% da arrecadação da União e de Estados e municípios

produtores, deixa de existir no modelo de partilha, que está sendo instituído na exploração dos campos de pré-sal não licitados.

O relator também sempre defendeu a repartição da PE, além dos royalties. "A participação especial é crescente no pré-sal, enquanto os royalties são fixos. É inaceitável mexer só nos royalties", disse Alves.

A pressão do relator e da bancada nordestina resultou em mais negociação. O líder do PSB, Rodrigo Rollemberg (DF), que encampou a reivindicação de Eduardo Campos, presidente do seu partido, foi chamado a nova reunião com o ministro Padilha e o relator. A União cedeu mais uma vez, mas o impasse frustrou a tentativa de lideranças governistas de realizar ontem a votação do projeto da partilha.

Campos evitou polemizar com o governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), que o acusou de estar fazendo "demagogia" nessa disputa por royalties. "Não foi um bom momento dele. É hora de fechar acordo e olhar para a frente", disse. Já Cid Gomes não perdeu a chance de alfinetar Cabral: "O governador se excedeu e criou um ambiente pesado", disse Cid, em entrevista ao Valor.

Apesar disso, o governador do Ceará acredita que foi encontrada a melhor solução em meio ao embate político. Segundo ele, o relator Henrique Alves apesar de ser favorável à partilha das áreas já concedidas, vinha resistindo em incluir a medida em seu relatório. O mesmo acontecia com Dilma, que, também não tomou partido sobre o tema.

Propostas incipientes, sem conteúdo claro, são como um restaurante sem cardápio

Temporada de ecotributos (Valor Econômico) 02/12/09

James Marins

Tributos não servem só para arrecadar ou esquentar a economia, mas também para esfriar o planeta

Enquanto o presidente Lula e sua candidata Dilma Roussef não sabem dizer se em Copenhague ajudarão a fazer frio ou calor em 2020, o governador de São Paulo, José Serra parece sair na frente na campanha ecológico-presidencial ao anunciar a promulgação da lei que cria a Política Estadual de Mudanças Climáticas. Em ambos os casos, no entanto, é crucial que suas visões de política pública incorporem a importância dos "ecotributos".

Um atuante instituto alemão, Green Budget Germany, defende que ecotributos são considerados a forma superior de política fiscal e de política ecológica em comparação com outras ferramentas mais convencionais de política ambiental. Na base desse raciocínio está a capacidade da tributação em atuar como poderosa ferramenta de gestão pública indutora do comportamento econômico, inibindo ou estimulando atividades.

Nossos governantes (e nossos candidatos a nos governar) são uma mistura de ex-smithianos oitocentistas ("laissez faire") com neo-keynesianos quase liberais e todos entenderam que arrecadação tributária converte-se em projetos que se transformam em votos. Também aprenderam, recentemente, que o sistema fiscal permite larga utilização da extrafiscalidade, que pode ser manejada como instrumento de intervenção na economia, com propósitos estimuladores da atividade produtiva setorial (como assistimos no episódio da redução do IPI dos veículos e outros bens de consumo duráveis).

Além disso, mais recentemente, a tributação também assumiu viés social e passou a financiar diversos programas de distribuição de riqueza por meio de amplas redes de proteção social - como o Sistema Único de Saúde (SUS) ou o Programa Bolsa Família, entre outros. A tributação social, ou sociotributação, já é um fenômeno irreversível.

Agora, nessa nova etapa da experiência humana, a percepção da emergência ecológica demanda a adoção de tributos verdes. Por isso, toda e qualquer política de governo que pretenda enfrentar as mudanças climáticas deve considerar a necessidade de operar profunda reforma tributária ambiental, ou "ecological tax reform", como se diz na Inglaterra, ou "ökologische steuerreform", na versão alemã, ou então, apenas Green Tax Reform, no idioma de logomarcas - simbólico e simplificador - adotado pelo mercado mundializado.

Metas ambiciosas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEEs), como as propostas pelo governador de São Paulo, somente poderão ser atingidas se as políticas públicas propostas para energia, transporte, proteção florestal, reciclagem etc. forem acompanhadas de vigorosa política tributária indutora de comportamento ambientalmente desejado e inibidora de comportamento poluidor.

Isso se faz com a utilização do que se denomina de tributo pigouviano ("Pigouvian tax") originado do Ensaio de Pigou, cuja formulação evidencia matematicamente a eficácia da tributação na redução das externalidades negativas, ou seja, na redução dos efeitos deletérios da atividade econômica para o sistema - as chamadas "deseconomias".

Esse efeito pigouviano, gera o chamado duplo dividendo - aumenta a arrecadação e inibe atividade predatória - e funciona quando os governos adotam políticas fiscais de progressiva desoneração dos setores que operam com fontes renováveis - energia e matéria-prima - e da progressiva oneração dos setores que se utilizam de recursos naturais esgotáveis ou cuja atividade tem como subproduto a agressão do ambiente - terra, ar e água e seu patrimônio de biodiversidade.

Segundo estudos europeus, os tributos ambientais são a melhor alternativa para a indução ao desenvolvimento de sustentabilidade sistêmica, mais seguros que o chamado mercado de carbono, mais eficazes que mecanismos meramente punitivos de internalização dos custos ambientais (princípio do poluidor pagador), mais simples que a nebulosa negociação setorial de emissões, como o "cap and trade" (política que permite a compensação das emissões) recentemente adotado nos EUA.

Há que se tratar, imediatamente, de inserir na legislação tributária brasileira elementos de extrafiscalidade socioambiental, que prestigiem a preservação do ecossistema em sua relação com o ser humano. Veículos elétricos - motos, carros e ônibus - aquecimento solar, energia eólica, reciclagem, microprodução de energia, saneamento ambiental e outras tecnologias limpas, produzidas com respeito humano, devem imediatamente ser desoneradas. Nesse aspecto específico, a proposta do governador paulista ainda é muito incipiente, sem conteúdo claro, como um restaurante sem cardápio.

Em resumo, nossos políticos neo-keynesianos precisam aprender que tributos não servem apenas para arrecadar ou esquentar a economia, podem também servir para esfriar o planeta.

James Marins é presidente do Instituto Brasileiro de Procedimento e Processo Tributário; pós-doutor em Direito do Estado pela Universidade de Barcelona; professor Titular de Direito Tributário da PUC-PR no Programa de Mestrado e Doutorado em Direito Econômico e Socioambiental.

Petrobras deve escolher minoritário ainda este mês (Valor Econômico) 02/12/09

Do Rio

A formação do comitê de minoritários que acompanhará o processo de cessão onerosa de áreas com até 5 bilhões de barris de óleo equivalente da União para a Petrobras só será formado depois da aprovação, pelo Congresso, do novo marco regulatório para exploração dos recursos do pré-sal. De acordo com o diretor de finanças e relações com investidores da companhia, Almir Barbassa, o terceiro integrante do comitê poderá ser escolhido na reunião deste mês do conselho de administração.

Os dois primeiros integrantes do comitê já estão escolhidos. Jorge Gerdau representa os acionistas preferencialistas dentro do Conselho de Administração da Petrobras, enquanto Fábio Barbosa é o representante dos ordinários. Barbassa explicou que o terceiro integrante do grupo que acompanhará os trabalhos da cessão onerosa será indicado pelo conselho dentre os grandes acionistas minoritários da companhia, como bancos e fundos de investimento.

"O comitê terá autonomia para buscar a assessoria de uma instituição para acompanhar a avaliação (das áreas da cessão onerosa). Ele terá acesso às informações e ao processo interno da companhia", afirmou Barbassa, que destacou a possibilidade do comitê pedir explicações específicas de determinação das áreas da estatal.

A criação do comitê foi a forma encontrada pela Petrobras para aumentar a transparência em torno do processo de avaliação das áreas que serão cedidas à companhia. A avaliação das reservas de óleo e gás vinha sendo alvo de críticas, uma vez que o governo que cederá as áreas para a Petrobras, é a maior acionista individual da companhia, o que poderia levar a questionamentos sobre conflitos de interesse na operação.

Barbassa lembrou que a estatal fará o seu próprio laudo de avaliação das reservas, enquanto a União e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) farão outro laudo. O comitê de minoritários poderá, segundo o diretor, contratar uma consultoria para elaborar uma análise sobre os estudos de avaliação das reservas.

O diretor não quis entrar em detalhes sobre o início das perfurações que servirão de base para a definição das áreas que serão cedidas pela União à companhia. Barbassa explicou que, na elaboração dos projetos de lei que foram enviados ao Congresso a ideia era de que as áreas cedidas fossem contíguas a regiões sob concessão da Petrobras e

de parceiras no pré-sal. Mas o diretor lembrou que o projeto permite que sejam cedidas regiões no pré-sal, contíguas ou não a campos já explorados pela estatal. (RR)

Prefeito abre oficialmente a programação natalina (Correio Popular) 02/12/09

O prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT) abriu ontem oficialmente o Natal Azul, com a inauguração da iluminação do Paço e de outros prédios históricos de Campinas. Representantes das empresas parceiras que contribuíram para a programação natalina, entre elas a Azul e a CPFL, participaram da cerimônia. Dentro do espírito da época, foi anunciada uma sacola de presentes — aqueles que fizerem até o próximo dia 23 o tour pelos principais pontos iluminados da cidade, iniciado ontem, concorrem a 200 passagens aéreas para qualquer lugar do País, sorteadas pela Azul, a grande homenageada do Natal campineiro. Hélio aproveitou para prever um ano de crescimento para Campinas e o País, com o trem rápido e a ampliação de Viracopos. (AAN)

Matriz energética brasileira ficará mais suja nos próximos anos, segundo WWF (CanalEnergia) 02/12/09

Projeções para metas de redução de emissões de carbono até 2020 apontam para aumento da participação de fontes poluentes na geração de energia
Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A matriz energética brasileira ficará mais suja nos próximos anos, segundo a organização não governamental WWF. De acordo com o coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia da ONG, Carlos Rittl, as projeções para as metas de redução de até 38,9% das emissões de carbono até 2020 apontam para o aumento da participação de fontes poluentes na geração de energia. "Parece que o governo está prevendo sujar a nossa matriz e aumentar o nosso consumo de combustíveis fósseis, só isso justificaria o aumento das emissões".

Para o assessor da secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, Oswaldo Lucon, o Brasil está colocando em prática um "modelo de desenvolvimento sujo, com viés de grande aumento das emissões de carbono". Em vez de buscar um aumento rápido da quantidade gerada, uma das soluções, segundo Lucon, seria utilizar melhor a energia disponível através, por exemplo, de ações de eficiência energética. "A gente fala muito em gerar mais energia, mas não fala em economizar energia". Para o executivo, o transporte viário seria uma outra alternativa. "Transporte coletivo é eficiência, ferrovia é eficiência. Hidrovia é eficiência. A gente não discute isso, só faz estrada".

O pesquisador do Centro Nacional de Referência em Biomassa, José Roberto Moreira, ressaltou a importância de se dar vantagens competitivas à produção que melhor aproveitar a energia. Como exemplo, ele apontou a prorrogação da desoneração para os carros menos poluentes. O executivo destacou ainda que o governo deve procurar obter eficiência de toda a cadeia de produção, principalmente dos setores que mais consomem energia.

As informações são da Agência Brasil

CPFL Energia ON fecha em alta de 5,26% (CanalEnergia) 01/12/09

Transmissão Paulista PN encerra em queda de 0,28%. IEE termina em alta de 2,05%, aos 23.322 pontos
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A CPFL Energia ON fechou em alta de 5,26% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta terça-feira, 1º de dezembro. O setor elétrico registrou outras altas com a Eletrobrás PNB (3,72%) e a AES Eletropaulo PNB (3,24%). A Transmissão Paulista PN encerrou em queda de 0,28%, acompanhada pela Terna Participações UNT (-0,02%). O Índice de Energia Elétrica terminou em alta de 2,05%, aos 23.322 pontos, enquanto o Ibovespa chegou aos 68.408 pontos, com alta de 2,03%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 3,24%
AES Tietê PN: 1,26%
Celesc PNB: 0,96%
Cemig PN: 2,99%

Cesp PNB: 1,86%
Coelce PNA: 0,79%
Copel PNB: 0,68%
CPFL Energia ON: 5,26%
Eletrobrás PNB: 3,72%
Energias do Brasil ON: 4,81%
Equatorial ON: 2,01%
Light ON: 0,71%
MPX Energia ON: 2,65%
Tractebel ON: 2,38%
Terna Participações UNT: -0,02%
Transmissão Paulista PN: -0,28%

Relatório sobre blecautes no RJ deve sair em 10 dias, segundo Aneel (CanalEnergia) 01/12/09

Light recebe multa de R\$ 3,9 milhões por descumprimento das metas de DEC e FEC em 2008
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica deve apresentar em até 10 dias o relatório sobre os recentes blecautes que ocorreram na área de concessão da Light (RJ). Na última segunda-feira, 30 de novembro, a Aneel reforçou a equipe que apura as causas dos desligamentos que afetaram, principalmente a baixada fluminense e o bairro do Leblon, na zona Sul carioca. O grupo, de acordo com a agência, analisará as condições dos equipamentos das redes subterrâneas dos bairros afetados pelas interrupções. A fiscalização pretende visitar os locais afetados para identificar os defeitos apresentados e analisar os relatórios gerenciais das últimas manutenções.

A Aneel multou a Light (RJ) em R\$ 3,9 milhões pelo descumprimento das metas dos indicadores de duração (DEC) e frequência de interrupções (FEC) em 2008. A distribuidora tem 10 dias para recorrer da penalidade, que foi emitida na última segunda-feira, 30. A Aneel informou que, caso sejam constatadas falhas de planejamento, manutenção e/ou operação, a empresa ficará sujeita à multa de até 1% do seu faturamento, segundo procedimentos estabelecidos pela Resolução nº. 63/2004.

Cteep recebe licença de instalação para construção de linhas de transmissão (CanalEnergia) 01/12/09

Documento foi emitido pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, que autorizou a implantação de duas LTs
Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A Cteep (SP) recebeu a licença ambiental de instalação para a construção e reconstrução da linha de transmissão Araras - Porto Ferreira, em 138 kV. A LT está localizada no município de Araras e o documento tem validade de cinco anos contados a partir da data de sua emissão. A licença foi emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, que também concedeu o documento para a implantação da linha Mogi Mirim III - Jaguariúna, em 138 kV. A validade dessa licença é de seis anos e a linha está instalada nos municípios de Mogi Mirim, Santo Antônio da Posse, Holambra e Jaguariúna.

Crítérios para participação de hidrelétricas no MRE entram em audiência pública (CanalEnergia) 01/12/09

Contribuições poderão ser enviadas à Aneel a partir do dia 3 de dezembro até o dia 8 de janeiro
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Agência Nacional de Energia Elétrica decidiu nesta terça-feira, 1º de dezembro, pela instauração de audiência pública, por intercâmbio documental, para colher subsídios para o aprimoramento do ato que estabelece critérios para participação de empreendimento hidrelétrico não despachado centralizadamente no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O período da audiência pública começa na próxima quinta-feira, 3 de dezembro, e vai até o dia 8 de janeiro de 2010.

A proposta da agência estabelece limites mínimos de desempenho para a permanência das usinas não despachadas centralizadamente no MRE, levando em conta três parâmetros: o tempo em que a usina está operando comercialmente;

a geração média de energia elétrica ao longo do tempo, obtida a partir dos dados de geração registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e referidos ao ponto de conexão; e a garantia física vigente.

Eletronorte tem projeto de transmissão enquadrado no Reidi (*CanalEnergia*) 01/12/09

Companhia realizará obras na subestação Vilhena, localizada no município de mesmo nome, em Rondônia Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O Ministério de Minas e Energia enquadrado no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura projetos de melhorias e reforços em instalações de transmissão da Eletronorte. A companhia realizará as obras na subestação Vilhena, localizada no município de mesmo nome, em Rondônia. Os reforços envolvem a aquisição e a instalação de um compensador estático e de três bancos capacitores, em 230 kV, cada um com 18,5 MVar. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira, 1º de dezembro.

Baixo Iguaçu tem construção adiada para o primeiro semestre de 2010 (*CanalEnergia*) 01/12/09

Usina licitada em 2008 tem começo da entrega da energia a partir de 2013 Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

As obras da hidrelétrica de Baixo Iguaçu (PR-350 MW) devem ser iniciadas apenas no primeiro semestre de 2010, segundo Erik Breyer, diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Neoenergia, que participou de teleconferência com analistas e investidores nesta terça-feira, 1º de dezembro. A usina foi arrematada no leilão A-5 de 2008, mas entraves ambientais tem impedido a construção da usina. A previsão é que o projeto entre em operação em 2013. O cronograma, porém, é apertado já que faltaram apenas três anos para a entrega da energia ao mercado cativo.

O projeto tem previsão de receber investimentos de R\$ 1,6 bilhão e faz parte dos planos da empresa para expandir a capacidade instalada para 1.814 MW até 2012. Para isso, a Neoenergia pretende investir R\$ 3 bilhões até 2012. O presidente do grupo, Marcelo Correa, informou no mês passado que os novos estudos ambientais devem ser entregues até fevereiro do ano que vem.

Breyer não descartou a possibilidade de a Neoenergia participar de projetos de energia eólica. "Temos interesse de analisar todas as oportunidades de expansão no Brasil", disse o executivo. No ano, a Neoenergia acumula investimentos de R\$ 305,9 milhões em geração. Ao todo, o grupo investiu R\$ 1,165 bilhão, sendo R\$ 859,5 milhões em distribuição.

Sobradinho trabalha com 64,25% da capacidade (*CanalEnergia*) 01/12/09

Reservatórios do Nordeste atingem 61,6% do volume armazenado. Índice está 42,6% acima da curva de aversão ao risco, segundo ONS Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A hidrelétrica de Sobradinho opera com 64,25% da capacidade de armazenamento, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última segunda-feira, 30 de novembro. Os reservatórios do Nordeste atingem 61,6% do volume acumulado. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - Os reservatórios registram baixa de 0,1%, atingindo 49,6% do volume acumulado. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 31,96% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios estão estáveis e atingem 67,6% do volume. O índice está 45,6% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Camargos e Jaguari operam com 26,54% e 92,61%, respectivamente.

Submercado Sul - O nível dos reservatórios chega a 97,9%, com alta de 0,2%. O índice está 79,9% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Ernestina trabalha com 75,96% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios atingem 61,6% do volume acumulado, com baixa de 0,3%. O índice está 42,6% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 64,25% da capacidade.

CGTEE inicia operação de caldeira multicombustível (*CanalEnergia*) 01/12/09

Unidade da térmica São Jerônimo tem capacidade instalada de 1 MW. Empresa utilizará carvão como combustível principal, podendo ser misturado com outros tipos
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A caldeira multicombustível da usina São Jerônimo entrou em operação na última segunda-feira, 27 de novembro, no Rio Grande do Sul, queimando biomassa, através de cavaco de madeira e casca de arroz. Instalada em parceria entre a CGTEE e a Fundação de Ciência e Tecnologia, a unidade tem capacidade instalada de 1 MW. A CGTEE utilizará o carvão como combustível principal, podendo ser misturado com outros combustíveis.

Com processo de combustão em leito fluidizado borbulhante, a caldeira entrou no sistema juntamente com a energia produzida pela usina de São Jerônimo. Após este teste de entrega da caldeira pelo fabricante à Cientec, o dispositivo será desligado e voltará a ser utilizado nas pesquisas conforme planejamento da CGTEE e Cientec, iniciado há quatro anos.

Segundo a companhia, a pesquisa prevê testes que, além do efeito demonstrativo da tecnologia de combustão em leito fluidizado e do estudo das características específicas para cada combustível, também propiciará a definição de parâmetros construtivos para projetos de geradores de vapor em escalas maiores, buscando o desenvolvimento da tecnologia nacional.

Ainda de acordo com a CGTEE, a unidade piloto é útil na absorção de conhecimento da tecnologia de queima em leito fluidizado borbulhante, podendo a caldeira de demonstração servir de modelo para outros empreendimentos, além da possibilidade de produção de vapor de forma complementar às caldeiras existentes. Outro destaque da caldeira é a condução de estudos de dessulfurização de gases de combustão mista com biomassa buscando a desejável redução das emissões de poluentes atmosféricos.

Hidrelétrica Baguari inicia operação comercial de 35 MW (*CanalEnergia*) 01/12/09

Usina está localizada nos municípios de Fernandes Tourinho, Governador Valadares, Periquito, Sobrália, Iapu e Alpercata, em Minas Gerais
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou a operação comercial da turbina UG2 da hidrelétrica Baguari. Localizado nos municípios de Fernandes Tourinho, Governador Valadares, Periquito, Sobrália, Iapu e Alpercata, em Minas Gerais, o empreendimento pertence ao Consórcio UHE Baguari, sob a liderança da empresa Baguari I Geração de Energia Elétrica. A turbina tem 35 MW, segundo despacho nº 4.404 publicado no Diário Oficial da União da última segunda-feira, 30 de novembro.

Terna Part UNT opera em queda de 0,13% (*CanalEnergia*) 01/12/09

IEE alcança os 23.254 pontos com alta de 1,76% assim como Ibovespa, que chegou aos 68.161 pontos e registrou alta de 1,67%

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Terna Part UNT opera em queda de 0,13% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta terça-feira, 1 de dezembro. Não foram registrados outros resultados negativos de companhias do setor elétrico. A Cemig PN opera em alta de 3,25%, acompanhada pela AES Eletropaulo PNB (2,88%) e Celesc PNB (2,81%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 23.254 pontos, com alta de 1,76% assim como Ibovespa, que chegou aos 68.161 pontos e registrou alta de 1,67%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 2,88%

AES Tietê PN: 1,15%

Celesc PNB: 2,81%

Cemig PN: 3,25%

Cesp PNB: 0,65%

Coelce PNA: 0,45%

Copel PNB: 0,91%

CPFL Energia ON: 2,18%

Eletrobrás PNB: 2,29%
Energias do Brasil ON: 2,25%
Equatorial ON: 1,53%
Light ON: 0,66%
MPX Energia ON: 2,43%
Tractebel ON: 2,14%
Terna Part UNT: -0,13%
Transmissão Paulista PN: 1,52%

Copel GT realiza oferta pública de 45 MW médios (*CanalEnergia*) 01/12/09

Interessados podem enviar termo de adesão até próxima quinta-feira, 3, Produto tem centro de gravidade no submercado Sul
Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A Copel GT iniciou na última segunda-feira, 30 de novembro, a oferta pública para venda de 45 MW médios no mercado livre. O certame, que ocorre na próxima sexta-feira, 4 de dezembro, terá lotes de 0,5 MW médios e fornecimento referente a novembro. O produto tem centro de gravidade no submercado Sul. Os interessados podem enviar o termo de adesão ao certame até o meio-dia da próxima quinta-feira, 3. Os habilitados, assim como o preço mínimo de venda do produto, serão conhecidos até as 17 horas do mesmo dia. O resultado será divulgado até as 16 horas do dia do leilão.

Aneel fecha parceria com FGV para capacitar servidores (*CanalEnergia*) 01/12/09

Profissionais vão estudar contexto político do país e características do modelo do setor elétrico brasileiro, entre outros temas
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Agência Nacional de Energia Elétrica fechou uma parceria com o FGV in company para desenvolver um curso customizado de especialização em Administração Pública para 44 servidores da agência. Ao longo do curso, os profissionais vão estudar o contexto político do país e o papel das agências reguladoras, as características do modelo do setor elétrico brasileiro e a função da Aneel, além de se aprimorarem sobre técnicas de administração pública aplicadas à atuação da agência.

Ao final do programa, cuja carga horária é de 444 horas-aula, os participantes deverão desenvolver projetos práticos de melhoria dos procedimentos internos adotados pela agência. A aula inaugural da pós-graduação foi realizada na última quinta-feira, 26 de novembro, no auditório da FGV de Brasília, e contou com a presença do diretor geral da agência, Nelson Hübner.

Aprovado relatório final da CPI das Tarifas de Energia (*CanalEnergia*) 01/12/09

Aneel terá que desenvolver em 60 dias mecanismos para ressarcir consumidores por valores a mais cobrados na conta de luz
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O relatório final da CPI das Tarifas de Energia foi aprovado na noite da última segunda-feira, 30 de novembro, na Câmara dos Deputados. No texto final, do deputado Alexandre Santos (PMDB-RJ), a CPI recomenda que a Agência Nacional de Energia Elétrica desenvolva, em 60 dias, mecanismos para ressarcir consumidores por valores cobrados indevidamente nas contas de luz, devido a falhas na metodologia de cálculo do Parcela A.

De acordo com o deputado, os consumidores terão os valores devolvidos por meio de ações judiciais. "Estamos entregando cópias do relatório ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União, que têm nos ajudado muito. Eles terão que tomar as medidas cabíveis em defesa do consumidor", disse Santos.

O relatório explica que a definição de preços da energia é feita com base nos custos das distribuidoras e no número de consumidores. A tarifa, no entanto, é definida no início do contrato e, na época dos reajustes, o cálculo não leva em conta o aumento no número de usuários. "A distorção ocorre quando a demanda do mercado de energia cresce. A metodologia das distribuidoras não consegue capturar ganhos obtidos em função do crescimento do mercado", esclarece Santos.

O texto afirma ainda que o consumidor, além de pagar pela falha na metodologia de reajuste tarifário da Aneel, também ressarcir todos os tipos de perdas das distribuidoras - tanto perdas técnicas como comerciais são repassadas as tarifas. Levantamentos do TCU indicam que os repasses de perdas para os consumidores são de cerca de R\$ 4,7 bilhões anuais.

Na interpretação da CPI, ao permitir esse repasse a Aneel agiu como representante das distribuidoras. "Há indícios claros de que a atuação da Aneel foi deliberada no sentido de repassar todos os riscos do serviço de distribuição aos consumidores, aumentando com isso a margem de lucro dos concessionários", afirma o texto. Diante disso, a CPI propôs que o Ministério de Minas e Energia informe em 30 dias qual política o governo vai adotar para que os valores cobrados indevidamente sejam devolvidos aos consumidores.

A CPI recomendou ainda que o Ministério Público investigue todos os ex-superintendentes e ex-diretores da Aneel que não cumpriram a quarentena de 12 meses sem trabalhar na iniciativa privada após deixarem os seus cargos na agência. Eles devem ser investigados também por tráfico de influência. No entanto, o texto não faz referência a nomes.

A CPI chegou a cogitar indiciar o atual diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, por sonegar informações. Segundo Santos, Hubner não teria fornecido as contas de quanto foi cobrado a mais dos consumidores brasileiros nos reajustes tarifários dos últimos sete anos. No entanto o pedido foi retirado do relatório final, no qual constará apenas uma sugestão para "investigações e tomada de providências" sobre a conduta de Hubner ao enviar para CPI um ofício se negando a entregar os cálculos sobre quanto foi cobrado a mais nos reajustes tarifários nos últimos sete anos. Com informações da Agência Câmara.

Federação das Indústrias de SC defende redução da tarifa de gás natural (CanalEnergia) 01/12/09

Entidade afirma que queda da atividade industrial durante crise mundial gerou oferta excedente do insumo
Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) entregou ao ministro interino de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, na última sexta-feira, 27 de novembro, ofício defendendo a redução da tarifa do gás natural às indústrias exportadoras. A entidade afirma que a redução da atividade industrial durante a crise econômica mundial gerou uma oferta excedente do insumo. Com isso, a federação defende que os preços do gás natural deveriam ser mais competitivos, sobretudo ao setor exportador.

Além disso, a Fiesc ressaltou a importância de implantar no estado o terminal de regaseificação de gás natural liquefeito previsto pela Petrobras para o Sul. No documento, o momento atual pede preços mais competitivos à indústria. Empresários, principalmente do setor cerâmico, pediram ao ministro uma política tarifária para o gás mais transparente e de longo prazo, que permita mais segurança para investimentos.

A Fiesc destacou que o estado oferece condições técnicas e econômicas e tem localização estratégica para receber o investimento. A federação também pede a implantação de uma agência em Santa Catarina do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp).

SINDICAL

Projeto de lei reivindica igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho (CUT Nacional) 02/12/09

Escrito por Agência Diap

A ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), e a bancada feminina do Senado, coordenada pela senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), 2ª vice-presidenta, entregam, nesta quarta-feira (2), às 11h, ao presidente da Casa, José Sarney (PMDB/AP), sugestão de projeto de lei que cria mecanismos para garantir a igualdade entre mulheres e homens nas relações de trabalho urbano e rural e, coíbe práticas discriminatórias neste âmbito.

Produzida pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, os ministérios da Justiça, e do Trabalho, a proposta leva em conta princípios constitucionais, normas internacionais ratificadas pelo Brasil e convenções da Organização Internacional do Trabalho.

Seus capítulos tratam: Da conceituação da igualdade entre mulheres e homens; da Definição das práticas discriminatórias; Do equilíbrio entre as responsabilidades familiares e profissionais; Da igualdade na relação de trabalho;

Do incentivo à igualdade e da coibição das discriminações; Da prevenção e coibição do assédio nas relações de trabalho; Da assistência às trabalhadoras e aos trabalhadores e; Da comissão interna de promoção da igualdade.

O objetivo da mobilização em torno da criação de uma Lei que trate sobre igualdade no mundo do trabalho é efetivar, nesta esfera, o princípio constitucional da igualdade entre mulheres e homens, orientando-se pela idéia de traduzir a declaração de igualdade consagrada em dispositivos constitucionais e normas infraconstitucionais destinadas a prevenir e coibir quaisquer práticas discriminatórias lesivas à dignidade das mulheres.

Busca-se, assim, garantir que a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorra em respeito às especificidades da condição feminina e a permanência delas no emprego, combatendo inclusive com ações do Estado, todas as formas de discriminação em razão de sexo, raça e etnia.

Segundo dados da Pnad/2008 as mulheres hoje significam 44% da População Economicamente Ativa (PEA) do país e 42% da população ocupada. No entanto ganham, em média, 29,7% menos do que os homens.

Setor de tecnologia da informação terá carência de 140 mil profissionais em 2013 (CUT Nacional) 02/12/09

Escrito por Jornal de Brasília

A indústria brasileira de Tecnologia da Informação (TI) deverá precisar de 140 mil profissionais de todos os setores e níveis, em 2013. Esta é uma das conclusões preliminares do primeiro volume do relatório Software e Serviços de TI: A Indústria Brasileira em Perspectiva. Segundo o estudo, preparado pelo Observatório da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex), o crescimento de trabalhadores assalariados no setor foi de 17% ao ano, de 2003 a 2006, apenas nas empresas cuja atividade fim é a informática.

"As empresas de outros setores da economia empregam quatro vezes mais que as de informática", explicou o vice-presidente executivo da Sofitex, Arnaldo Bacha.

Segundo o estudo, o déficit é estimado esperando o crescimento de receita, produtividade e capacidade de contratação de mão de obra. Num cenário focado apenas em serviços, a falta de profissionais qualificados sobe para 200 mil. "Na Região Sudeste, onde concentra-se 78,1% da receita líquida do setor, os egressos de graduação são em torno de 36 mil", explicou.

"Nas empresas cuja atividade fim não é informática, como bancos e indústrias, por exemplo, são 284 mil", disse a coordenadora do observatório, Virgínia Duarte. Uma das projeções da associação é o crescimento de pessoal em 12,6% ao ano. "Estamos observando que o crescimento não é apenas de empregos formais, os chamados celetistas [regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho]. Entre 2003 e 2006, os empregados que trabalham como pessoa jurídica nas empresas cresceu 14,6% ao ano", afirmou.

De acordo com o relatório, 132.510 pessoas se graduaram em cursos superiores da área de TI, de 2003 a 2005. Os graduandos em cursos superiores foram mais de 8 mil pessoas de 1996 a 2006 e as ofertas de mestrado cresceram aproximadamente 97,9% ao ano, de 2001 a 2006.

O DEMo caminha para o cadafalso (CUT Nacional) 01/12/09

Escrito por CUT/DF

CUT/DF e movimentos sociais iniciam ação para derrubar governador Arruda

A mobilização pela saída imediata do governador Arruda está a todo vapor. Desde ontem, dia 30, após reunião realizada em Brasília, a Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal juntamente com os movimentos sociais deliberaram pela unificação e mobilização geral da sociedade para pressionar a saída do governador do DF, José Roberto Arruda e seu vice, Paulo Octávio, do GDF. Arruda é o único governador do Brasil filiado ao DEMo (ex-PFL).

A reunião realizada na sede da CUT/DF contou com a participação de 200 pessoas. O grupo, que incorporou estudantes, parlamentares, centrais sindicais e representantes de diversos segmentos da sociedade civil, recebeu o nome de "Movimento contra a corrupção" e afirmou que ainda pedirá a punição de todos os envolvidos no escândalo de arrecadação e pagamento de propina no governo local.

Para o presidente do PT-DF, Chico Vigilante, a movimentação ilegal de dinheiro no governo democrata do DF "não é novidade". Chico Vigilante ainda informou que o "Movimento contra a corrupção" não aceitará qualquer tipo de arranjo para ocupar o governo do DF. "Quem estava se lambuzando não pode bancar de moralista", discursou.

"Este governo não tem diferença do governo Roriz. Esta é uma organização criminosa", avaliou o deputado distrital, Paulo Tadeu (PT). Para o senador Cristovam Buarque (PDT) "a autonomia do DF está ameaçada". O senador ainda informou que convocará uma CPI (Comissão de Inquérito Parlamentar) na Casa para apurar o escândalo.

As denúncias do esquema de propina fizeram com que o PPS, PDT e PSB, partidos da base aliada do governo Arruda, anunciassem a entrega dos cargos que ocupam na administração.

Ações
Durante a reunião desta segunda, foi definida a realização de um ato nesta quarta-feira (2/12), em frente a Câmara Legislativa do DF, às 14h, quando será protocolado o pedido de impeachment contra Arruda e Paulo Octávio. Já no dia 9 de dezembro, às 10h, os manifestantes se reunirão na Praça do Buriti para realizar ato unificado contra a corrupção. "Nós construiremos o maior movimento de rua do DF e não pararemos até dissolvermos esta quadrilha", afirmou a presidente da CUT/DF, Rejane Pitanga.

Entenda o caso

Na última sexta-feira (27), a Polícia Federal deu início à operação "Caixa de Pandora", organizada para apurar denúncias de arrecadação e recebimento de propina no governo do Distrito Federal. A denuncia foi feita pelo ex-secretário de Relações Institucionais do DF, Durval Barbosa, que, além de ceder filmagens que comprovam o esquema, afirmou que o governador local, José Roberto Arruda, coordenava o destino do dinheiro obtido através de contratos superfaturados firmados com empresas específicas.

De acordo com Durval, o esquema começou ainda no governo passado, de Joaquim Roriz. O caso, que envolve ainda o vice-governador, Paulo Octávio, secretários de governo, assessores e deputados da base aliada, consistia em distribuir uma mesada para deputados distritais e recursos para empresários, secretários do governo e dívidas pessoais do governador do DF.

Até agora, a PF apreendeu mais de R\$ 760 mil em buscas realizadas em Brasília, Goiânia e Minas Gerais.

Passado e presente comprometido

Em 2001, o então senador José Roberto Arruda renunciou ao cargo depois de assumir o envolvimento na violação do painel do Senado após a votação da cassação do ex-senador Luiz Estevão.

O primeiro discurso de Arruda foi em sua defesa, quando o então Senador chegou a chorar em plenário. Com as evidências do caso, Arruda voltou atrás e resolveu assumir o envolvimento no caso para não correr o risco de ser cassado.

Rabo preso

Durval Barbosa era secretário de Relações Institucionais do DF no governo Arruda e também foi presidente da Codeplan durante o governo Roriz. A denúncia foi feita em contrapartida da redução de pena em caso de condenação do ex-secretário, que tem mais de 30 processos na Justiça.

Dia Mundial de Luta contra a Aids (CUT Nacional) 01/12/09

Escrito por Fem/CUT

Viver com aids é possível: Com preconceito não!

Viver com aids é possível. Com preconceito não. Esse é o slogan da mobilização nacional do Dia Mundial de Luta contra a Aids. No endereço www.todoscontraopreconceito.com.br, lançado pelo Ministério da Saúde, estão disponíveis informações interativas sobre como participar da campanha de 2009. O site traz notícias e informações sobre prevenção da Aids e como viver com o HIV, além do vídeo exclusivo e fotos da ação que aconteceu em São Paulo com o artista plástico Vik Muniz, que fará parte da campanha do Dia Mundial. Também é possível inserir a imagem de seu perfil (avatar), postar seu próprio vídeo e foto e também utilizar o twitter para mobilizações sobre o Dia Mundial. (na foto: O Cristo Redentor com o símbolo de combate)

O mapa da Aids no Brasil

Em queda nos grandes centros urbanos, a epidemia cresce no interior do País. De 1997 a 2007, a taxa de incidência cresceu em municípios com menos de 50 mil habitantes. Os grandes centros urbanos do País – onde estão concentrados 52% dos casos de Aids – registraram queda de 15% na taxa de incidência da doença entre 1997 e 2007. Nesse mesmo período, a incidência nos municípios com menos de 50 mil habitantes dobrou, revelando que a epidemia caminhou para o interior do País. Em 1997, a taxa nas cidades com menos de 50 mil habitantes era cerca de oito vezes menor do que a registrada nas cidades com mais de 500 mil pessoas. Em 2007, essa relação caiu para três vezes.

Em municípios com mais de 500 mil pessoas, houve decréscimo da taxa de incidência, entre 1997 e 2007, de 32,3 para 27,4 notificações por 100 mil habitantes. Ao longo desses dez anos, 24 dos 39 municípios com mais de 500 mil habitantes registraram queda significativa na taxa de incidência ou se mantiveram estáveis. Como essas 39 cidades são responsáveis por 283.191 casos de Aids (52% do total acumulado), mudanças ocorridas ali têm impacto maior para a conformação da epidemia.

No mesmo período, a taxa nas cidades com menos de 50 mil habitantes passou de 4,4 ocorrências em 1997 para 8,2 em 2007. O conjunto das 4.982 cidades com menos de 50 mil habitantes (90% dos municípios brasileiros) concentram 34% da população e 15,4% dos casos de aids identificados no País, em 2007.

“O mapa permite conhecer as diversas epidemias existentes no país e fornecer aos gestores locais os instrumentos para que eles possam adequar as respostas à sua realidade”, afirma a diretora do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, Mariângela Simão.

Dos 100 municípios com mais de 50 mil habitantes que apresentam maior taxa de incidência de Aids, os 20 primeiros da lista estão no Sul. A primeira colocada é Porto Alegre (RS) com taxa de incidência de 111,5 por 100 mil habitantes, seguida por Camboriú (SC) com 91,3.

A tendência de crescimento de Aids nas cidades menores e queda nas maiores confirma-se nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Mas, Norte e Nordeste apresentam um perfil diferente. Ocorre aumento da taxa de incidência, quando se compara 1997 com 2007, tanto em municípios grandes quanto em pequenos.

De 1980 a junho de 2009, foram registrados 544.846 casos de Aids no Brasil. Durante esse período, 217.091 pessoas morreram em decorrência da doença. Por ano, são notificados entre 33 mil e 35 mil novos casos de Aids. Em relação ao HIV, a estimativa é de que existam 630 mil pessoas infectadas no país.

O Vírus HIV

A Aids é uma doença que se manifesta após a infecção do organismo pelo Vírus da Imunodeficiência Humana, mais conhecido como HIV (proveniente do inglês - Human Immunodeficiency Virus).

A transmissão ocorre por meio do contato com sangue, sêmen, secreção vaginal ou leite materno da pessoa doente. Vale destacar que suor, lágrima, beijo no rosto ou na boca e uso comum de sabonete, toalha, copos ou talheres, não transmitem a doença.

Desde 1996, com a distribuição gratuita de medicamentos aos brasileiros que necessitam do tratamento de Aids, houve um aumento na sobrevivência e uma melhora na qualidade de vida dos pacientes do HIV.

Atualmente, cerca de 180 mil pessoas recebem tratamento fornecido pelo Ministério da Saúde e distribuído gratuitamente na rede pública de saúde.

Conticom/CUT quer garantia de salário e emprego (CUT Nacional) 01/12/09

Escrito por Leonardo Severo

Sem contrapartidas sociais, governo desonera setor moveleiro e prorroga benefícios para construção

Medidas impulsionam o crescimento, mas sem ter assegurado qualquer compromisso com a garantia de emprego, melhoria nos salários ou direitos, protesta a Conticom/CUT. Para a entidade, "isso seria o mínimo que o ministro Guido Mantega deveria ter exigido dos empresários, já que haverá queda de mais de R\$ 900 milhões na arrecadação federal"

Setor da madeira quer direitos O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou na última quarta-feira (25 de novembro) a desoneração do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de móveis e painéis de madeira usados na sua fabricação. Além disso, prorrogou a isenção de imposto na compra da cesta básica da construção, que inclui cimento, argamassas, tintas, ladrilhos, vergalhões e disjuntores. Os móveis de madeira, que hoje pagam 5%, deixarão de

recolher o imposto até 5 de março. A estimativa é que com as duas medidas o governo deixe de arrecadar R\$ 903 milhões.

DESRESPEITO - "Reconhecemos a importância da medida tomada pelo governo, porém nos chama a atenção o desrespeito com a classe trabalhadora, pois, a mesma pauta que o ministro Guido Mantega analisou, trazia uma reivindicação de consenso entre trabalhadores e empresários: que a isenção do IPI deveria vir acompanhada da garantia de manutenção dos empregos", declarou o presidente da Conticom/CUT, Waldemar de Oliveira. Entretanto, condenou, "na parte que interessa às empresas, o ministro cedeu. Mas nós não fomos contemplados na garantia de emprego na cadeia produtiva moveleira, que perdeu mais de 30 mil trabalhadores em virtude da crise". Além disso, apontou Waldemar, "o ministro Mantega excluiu os trabalhadores da reunião em que anunciou a medida, só chamando empresários para participar". A conduta reprovável, sublinhou, "é totalmente diferente das tomadas pelo presidente Lula, que respeita a classe e suas entidades".

DESPREZO - Ao não dialogar com a Conticom/CUT e as demais entidades representativas da categoria, Mantega desprezou o acúmulo do setor. "Nossa Confederação realizou um Seminário nos início de abril em Curitiba e, posteriormente, no começo de junho, em Campinas, com a presença de 26 lideranças de oito Estados (AC, AM, BA, ES, ES, SC, SC e RR). Ali defendemos a necessidade de caminhar rumo à desoneração, mas assegurando contrapartidas sociais. Afinal, como o próprio governo admite, é quase um bilhão de reais que o Estado deixará de arrecadar, havendo necessidade, portanto, dos trabalhadores receberem este benefício dado às empresas em forma de emprego, salário e direitos", destacou Waldemar.

Entre as propostas do Seminário, recorda o presidente da Conticom/CUT, encontravam-se: "contrato coletivo articulado nacionalmente, piso nacional baseado nos melhores acordos, unificação da data-base e garantia do manejo florestal com a instituição de um selo verde, envolvendo os sindicalistas desde a origem da madeira até a fábrica de móveis".

PROTESTO - Em duas cartas, uma de protesto enviada ao ministro Guido Mantega e outra solicitando apoio ao ministro Luiz Dulci, a Conticom sublinha a importância da inclusão de contrapartidas sociais, já que o setor moveleiro é altamente empregador, composto por 14.100 indústrias, gerando 230.000 empregos diretos que, somados aos empregos indiretos, totalizam 475.000 trabalhadores. "Mais empregos, salário e direitos, é o que queremos", concluiu Waldemar.

10 PROPOSTAS DA CONTICOM -

1. Fortalecimento do setor com o investimento na indústria de móveis e madeira de 5% dos recursos que serão destinados pelo PAC à construção de um milhão de casas populares;
2. Proibir a exportação de madeira sem valor agregado;
3. Proibir a utilização de madeira não certificada nas obras de construção;
4. Ampliação do Conselho da Floresta, garantindo participação das centrais sindicais;
5. Reconhecimento da insalubridade e da periculosidade para os trabalhadores do setor moveleiro;
6. Rotular e identificar os preceitos com risco à saúde dos trabalhadores da madeira;
7. Criação de novos centros técnicos de formação de mão-de-obra para o segmento, com participação dos Sindicatos de trabalhadores;
8. Garantir a representação dos trabalhadores do setor; no debate nacional e internacional sobre móveis e madeira, bem como seu custeio;
9. Atenção especial ao Mercosul, com isonomia salarial e de direitos entre os trabalhadores da região;
10. Redução de impostos no setor moveleiro, com contrapartidas aos trabalhadores e à sociedade

Dia Mundial de Luta contra a Aids (CUT Nacional) 01/12/09

Escrito por Alexandre Gamón - CUT/SP

CNTE promove nas escolas dia de combate à DST/AIDS

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação realiza nesta terça-feira (01), em todas as escolas de ensino médio da rede pública do país mobilização de prevenção à DST/AIDS.

O coletivo de trabalho da CNTE que atua a três anos em parceria com o Ministério da Educação produziu um material didático chamado Testagem da Árvore do Prazer que inclui vídeo com diversas celebridades de orientação aos alunos sobre os riscos de doenças sexualmente transmissíveis.

O objetivo da campanha é atingir até 1 milhão de jovens. Para isso a Confederação promoveu em novembro deste ano oficina com mais de 100 professores em todas as capitais do país. Esses encontros tiveram por finalidade esclarecer estes professores que atuam como multiplicadores de informação sobre como conviver com os jovens soro positivos nas salas de aula e como realizar a inclusão destas pessoas.

A secretária de relações internacionais da CNTE, Fátima Aparecida Santos, afirma que grande parte das escolas públicas brasileiras abordam a temática durante o ano letivo. “De acordo com o último senso, 70% das escolas trabalham com prevenção da Aids e de doenças sexualmente transmissíveis. Com isso percebemos que houve um aumento da incorporação do dia 1º de Dezembro na agenda dessas escolas e uma preocupação maior com o tema

Congresso dos Metalúrgicos em SP (CUT Nacional) 01/12/09

Escrito por Fem/CUT

Metalúrgicos de todo o Estado participam da Plenária Estadual da FEM

Cerca de 110 delegados e delegadas de 13 sindicatos metalúrgicos filiados participam da Plenária Estadual da FEM-CUT que iniciou na manhã de segunda-feira, 30 de novembro, na nova sede da Federação e da CNM em São Bernardo do Campo. A atividade termina na quarta-feira, 2 de dezembro, e à noite, a Federação e a CNM realizarão a solenidade de inauguração da nova sede.

A Plenária visa fazer um balanço do mandato (2007-2009) e apontar os principais desafios do ramo metalúrgico cutista no Estado de São Paulo para 2010.

O diretor da FEM e do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, Gonçalo Campos coordenou os trabalhos da primeira mesa da Plenária, que reuniu importantes lideranças do ramo metalúrgico cutista.

Na abertura, o presidente da FEM, Valmir Marques (Biro Biro), disse que a FEM está muito orgulhosa em celebrar a Plenária na sua nova sede. “Esperamos nestes três dias, fortalecer a nossa organização sindical em todo o Estado para que possamos eleger em 2010 candidaturas que valorizem o projeto dos trabalhadores”, afirmou.

O presidente da CUT-SP, Adi dos Santos Lima, que já presidiu a FEM durante o período 2001-2007, parabenizou a Direção da Federação pelas conquistas celebradas na Campanha Salarial. “A FEM continuou avançando nas lutas e conquistas para a nossa categoria. Uma das principais vitórias foi a unificação de todas as datas-base para um único mês, (1º de setembro) e os avanços nos direitos sociais para as trabalhadoras metalúrgicas e jovens”.

Carlos Grana, presidente da CNM-CUT, enalteceu o papel da FEM destacando para que continue fortalecendo e unificando as lutas do ramo metalúrgico no Estado.

Pós-crise e desafios

O Secretário Geral da CUT Nacional, Quintino Severo, metalúrgico de Caxias do Sul (RS), ressaltou que o Brasil superou a fase mais difícil da crise financeira mundial e que agora está vivendo um momento cultural importante. “Saímos da crise graças à uma estratégia correta adotada pelo governo Lula, e hoje estamos muito mais fortalecidos”.

Tarcísio Secoli, metalúrgico do ABC e atual Secretário de Coordenação Governamental da prefeitura de São Bernardo do Campo, fez um balanço das ações da prefeitura de SBC, primeiro ano de mandato, destacando os investimentos que estão sendo feitos nas áreas de educação, habitação, transporte e saúde. “No dia 28, inauguramos o programa A Cidade dos direitos das crianças, que reúne jovens em situação de conflito com a lei, cujo objetivo é ajudá-los a se reintegrarem ao mercado de trabalho. Acredito que o nosso maior desafio, enquanto ramo, é eleger em 2010 candidatos que deem seqüência ao nosso projeto de sociedade”.

Plenária continua nesta terça

desenvolvimento. Trata-se, portanto, de propor um amplo reaparelhamento do Estado, para que este possa exercer seu papel.

A retomada do papel ativo do Estado para a promoção do crescimento econômico significa reorientação da política econômica, das políticas sociais e na estruturação do mercado de trabalho.

Nenhum país construiu seu desenvolvimento sem enfrentar os problemas das desigualdades sociais. As políticas sociais, portanto, assumem um papel central. Nesse campo, a máquina pública foi enfraquecida, durante todo o período neoliberal, provocando graves crises nas áreas da seguridade social, da saúde, da educação, culminando num ponto extremo de alarmante aumento da violência.

Não é difícil entender o impacto desse processo sobre a vida da maioria dos jovens brasileiros. Se a juventude não goza de proteção social, não pode construir uma trajetória de vida baseada na cidadania plena. O neoliberalismo provocou estragos enormes sobre as expectativas de futuro para nossos jovens. O trabalho tornou-se sinônimo de precariedade para a maioria deles. O desemprego tornou-se a marca central da sua presença nesse mercado de trabalho precarizado.

Além de tudo, a diminuição do Estado foi acompanhada pela responsabilização dessa juventude por sua própria situação de desemprego. A ideologia neoliberal tentou convencer a juventude que o desemprego seria culpa dela, por não estar qualificada a suficiente para garantir um lugar nessa sociedade competitiva. O cinismo neoliberal era nítido: reduzia a oferta de educação pública e, ao mesmo tempo, afirmava que o jovem precisava se qualificar para conseguir um lugar no mercado.

De um lado, o mercado de trabalho foi profundamente precarizado. De outro, as políticas sociais foram reduzidas à extrema focalização, pois foram destinadas aos mais pobres entre os pobres.

Recentemente, a CUT assumiu uma estratégia de disputar os rumos do desenvolvimento nacional. Trata-se de uma disputa de hegemonia com o capital financeiro, os grandes meios de comunicação e os setores neoliberais organizados, que dão base política para o bloqueio às mudanças. Nossa Central tem construído uma Jornada Nacional pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho para organizar o movimento sindical CUTista nesta luta e dialogar com a sociedade sobre nossas bandeiras.

Nessa estratégia, é fundamental organizar a juventude brasileira para consolidar a vitória democrática e popular. A maioria dessa juventude é trabalhadora, porque já está inserida no mercado de trabalho (ocupada ou à procura de ocupação). A maior central sindical do país tem um papel histórico de organizar esse segmento e, assim, inserir suas demandas no plano de luta sindical.

No entanto, verificamos as dificuldades encontradas para aproximá-los dos sindicatos. Ao mesmo tempo, nos deparamos com a dificuldade de renovação das direções sindicais. São dois desafios que não serão superados sem atualizar a estratégia sindical da CUT, hoje articulada em dois eixos centrais: fortalecer a concepção sindical CUTista e disputar hegemonia na sociedade.

Para fortalecer a concepção sindical da CUT, é necessário reorientar a luta sindical de forma a representar os interesses da maioria da classe trabalhadora do nosso país, e não apenas daqueles que já estão inseridos no mundo dos direitos vinculados ao trabalho. A maioria da juventude trabalhadora brasileira está ocupada em tarefas precarizadas. Não conseguiremos organizá-la e representá-la se permanecermos limitados aos que possuem carteira de trabalho assinada. É um exercício de atualização da prática sindical.

Para avançar na disputa de hegemonia na sociedade, guiada por um outro modelo de desenvolvimento, é necessário recuperar o sentido das políticas sociais e do papel do Estado. Nossa juventude necessita de proteção social. Ela se encontra desprotegida frente a lógica exploradora do empresariado, que busca aumentar sua taxa de lucro ampliando a precarização do trabalho - do trabalho de jovens, preferencialmente. Ela está desprotegida, também, pela baixa renda de suas famílias e pela ausência de políticas públicas que desonerem a sua vida social (custos com transporte público, com lazer, alimentação, estudos).

O fortalecimento do Estado é imprescindível para garantir a universalização de políticas sociais que permitam proteger nossa juventude diante da imposição da busca por trabalho. Criar uma plataforma de luta juvenil que apresente as reivindicações para reverter a atual situação é uma tarefa urgente assumida pela CUT.

Com a criação da Secretaria Nacional de Juventude da CUT (SNJ-CUT), nossa Central terá maiores condições de atingir esses desafios. Para tanto, ela não pode ser uma pasta setorial, no sentido de dedicar-se às especificidades da condição juvenil. Ela atingirá seu papel na estratégia geral da CUT se conseguir relacionar as bandeiras gerais de luta da classe trabalhadora com as questões que afetam diretamente a realidade juvenil.

Um exemplo disso é a histórica luta pela redução da jornada de trabalho. É uma bandeira do conjunto da classe trabalhadora, mas tem um impacto particular sobre a juventude. Será tarefa da SNJ-CUT traduzir essa bandeira em sua face juvenil, ou seja, transformá-la em uma bandeira de luta da juventude brasileira. Reduzir a jornada é gerar emprego. E é também gerar tempo livre. É fundamental para os jovens estudantes que precisam trabalhar e que são obrigados a abandonar a escola porque a jornada de trabalho desabilita-o a raciocinar, a produzir conhecimento, a chegar no horário da aula.

Outro exemplo da importância de relacionar a estratégia geral da CUT com a plataforma juvenil é a aliança com os movimentos sociais do campo democrático e popular. A agenda de lutas construída em unidade entre esses movimentos terá muito mais vigor no interior do movimento sindical se for apropriada pela SNJ-CUT. Um aspecto ilustrativo dessa agenda é a Conferência Nacional de Educação (CONAE), convocada pelo Governo Lula. Poderemos construir forte unidade com a União Nacional dos Estudantes, com movimentos culturais, com movimentos do campo, com intelectuais progressistas e com o sindicalismo da educação em torno de uma plataforma comum desses setores. A SNJ-CUT nasce com potencial protagonismo frente às necessidades de mobilização unitária dos movimentos juvenis.

Por fim, é importante ressaltar a contribuição possível da SNJ-CUT e do conjunto da juventude sindical nesse período que se abre pós 10º Concut. A provocação desafiadora é de construir uma nova geração sindical em nosso país. Nova não apenas no que diz respeito à idade, mas nova em sua forma de construir política sindical, em seu potencial criativo para organizar a maioria da classe trabalhadora e de romper com as formas autoritárias, burocráticas e opressoras que ainda estão arraigadas na estrutura sindical, apesar da incansável luta do sindicalismo combativo e militante da Central Única dos Trabalhadores.

(artigo publicado no livro "Juventude em Perspectiva")

Os freios e contrapesos na democracia brasileira (CUT Nacional) 01/12/09

Escrito por Roberto Franklin de Leão, presidente da Conf. Nac, dos Trabalhadores em Educação

O escândalo de corrupção envolvendo o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (DEM), os diversos secretários e assessores do Executivo e os principais deputados da base governista poderá expor a fragilidade do sistema de controle da democracia brasileira, caso a apuração e o julgamento dos fatos fiquem circunscritos à responsabilidade do legislativo local - a quem cabe julgar o processo de Impeachment a ser movido pela OAB-DF, nas próximas horas. É que a Câmara Distrital é composta quase na totalidade por parlamentares fiéis a Arruda e que dificilmente o puniriam de maneira apropriada.

Sob a lógica da teoria de Montesquieu, que sustenta os modelos de democracia liberal em quase todo o mundo ocidental e em grande parte do planeta, a tripartição dos poderes - pressuposto do Estado Democrático de Direito - corre o risco de ser pulverizada se o judiciário não agir com rapidez e eficácia nesse caso do DF, utilizando-se das provas já colhidas pela Polícia Federal e outras eventualmente requeridas pelo juízo competente.

Os vídeos e gravações sonoras disponibilizados na Internet dão conta de que o governador Arruda e seus colaboradores não cometeram apenas crimes políticos, mas uma série de crimes comuns, tipificados no Código Penal. O mais visível é o de formação de quadrilha, financiado, segundo o secretário Durval Barbosa (denunciador do esquema), desde a gestão do ex-governador Joaquim Roriz (PSC) por empresários influentes e ligados, sobretudo, ao vice-governador Paulo Octávio (DEM), dono da principal construtora de imóveis residenciais no Distrito Federal. Daí a necessidade de o judiciário se manifestar rapidamente, até porque as provas são amplas e contundentes, evitando procrastinações que permitam a manutenção da atual gestão à frente da administração dos recursos públicos.

Dentre os envolvidos no mega-esquema de corrupção, coordenado pelo governador José Roberto Arruda, está o ex-secretário de Educação, José Luiz Valente. Parte significativa do dinheiro utilizado para garantir os interesses do governador era repassada pela empresa InfoEducação, responsável pela informatização das escolas públicas.

Diante de mais esse caso explícito de corrupção, a CNTE volta a externar sua posição em defesa de uma reforma política abrangente, pautada no financiamento público - que propicie limitar os gastos e a controlá-los de forma mais efetiva; na fidelidade partidária - a fim de resgatar os valores ideológicos dos partidos e a ética dos filiados; na radicalização do controle social sobre os mandatos eletivos e na aprovação do projeto de lei de iniciativa popular que prevê a Ficha Limpa dos candidatos. A situação também exige mais compromisso do poder judiciário no julgamento de casos envolvendo políticos, como forma de coibir e inibir a prática de atos de improbidade que encontram eco, lamentavelmente, na morosidade da justiça e mesmo na impunidade, o que é mais grave.

Do ponto de vista dos "freios e contrapesos", sistema pensado por Montesquieu para a separação dos poderes (Checks and balances), há que se registrar que o Brasil tem vivido um momento conflituoso entre os poderes, muito em decorrência da luta de classes instalada no país. Assim, ao invés de imprimir controle sobre os fatos gerados no Executivo e no Legislativo, o Judiciário passou a assumir prerrogativa de legislador, com forte repercussão na gestão dos poderes Executivos (União, Estados e Municípios). A extensão da Lei de Greve da iniciativa privada para o serviço público reflete essa característica, e decorre, em grande parte, à ação omissiva do próprio legislativo. Já a interpretação preliminar à Lei do piso salarial do magistério desconsiderou a vontade majoritária dos membros de dois poderes (Executivo e Legislativo), dando ganho de causa (parcial e temporário) a uma parcela minoritária de governantes que tiveram suas teses derrotadas no processo democrático de elaboração da Lei.

Cientes de que a democracia se consolida com o fortalecimento dos poderes e com a ampla participação social nas decisões dos assuntos de Estado, nossa luta também é pela democratização do acesso aos cargos e funções estratégicos do Poder Judiciário e pela efetiva autonomia dos poderes, à luz de suas atribuições constitucionais.

SP: Condições de renda e trabalho dos professores são temas do Câmera Aberta Sindical (CUT Nacional) 01/12/09

Escrito por Agência Sindical

A valorização dos salários é uma das principais reivindicações dos professores e a sociedade concorda que esses profissionais deveriam ter uma remuneração melhor. A educação é a base do desenvolvimento de uma Nação. Mas quais as condições de trabalho e vida dos educadores brasileiros?

Recente pesquisa feita pela Fundacentro com os professores da educação básica de São Paulo constata que a extensa jornada de trabalho tem prejudicado a saúde desses profissionais. A pesquisa aponta também uma grande incidência de traumas psicológicos, pois o professor é cobrado pela direção da escola, pelos pais e pelos alunos.

O Câmera Aberta Sindical desta quarta, dia 2, convidou a presidente da Apeoesp, Maria Izabel Azevedo Noronha (Bebel); Silvia Barbara, diretora de Comunicação da Federação dos Professores do Estado de São Paulo; e Cristiane Barbeiro, pesquisadora da Fundacentro.

Você faz a pauta - Para divulgar sua entidade ou propor um tema para o programa, ligue 3231.3453 e fale com Dhayane/Gisele.

Faça sua pergunta - Mande sua pergunta aos convidados do programa pelo e-mail cameraabertasindical@agenciasindical.com.br Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email ou ao vivo pelo telefone 3877.0078.

Participe: faça sua pergunta ao vivo: 3877.0078

Assista pela internet: www.tvaberta.com

E-mail: cameraabertasindical@agenciasindical.com.br Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email

São Paulo: TV Aberta São Paulo, dia 2 de dezembro, das 19 às 20 horas, 9 NET e 72/99 TVA

Guarulhos: TV Guarulhos, BIG TV, Canal 20 - dia 3 de dezembro, das 19 às 20 horas.

São José dos Campos: Canal 95, Vivax - 9 de dezembro, das 19 às 20 horas e reprise às 23 horas.

São José do Rio Preto: TV da Cidade, Canal 16 - 6 de dezembro, das 20 às 21 horas.

Reprises: terças-feiras, às 11 horas, e quintas-feiras, às 15 horas.

Em Audiência Pública, APEOC apresentará pesquisa sobre situação salarial dos professores (CUT Nacional) 01/12/09
Escrito por APEOC

Nesta quarta-feira, 2 de dezembro, às 14 hs, o Sindicato APEOC apresentará e disponibilizará na íntegra dados que demonstram a situação salarial dos professores cearenses da rede estadual de ensino em comparação com os outros estados da federação.

O estudo teve por base indicadores salariais fornecidos pela CNTE/CUT e Sindicato APEOC.

O estudo faz parte da estratégia do Sindicato APEOC de fundamentar a Campanha Salarial 2010 dos Trabalhadores em Educação.

O Sindicato pretende fazer diagnósticos da categoria, inicialmente do ponto de vista salarial e em seguida, um "raio-x" das condições de saúde, condições de trabalho e segurança.

AUDITÓRIO ALMIR PINTO - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Av. Desembargador Moreira, 2807 - Dionísio Torres
Quarta-feira, 2 de dezembro às 14 hs

Presidente Venceslau: TVC - TV a Cabo Venceslau, Canal 4 - 9 de dezembro, das 13 às 14 horas

Pesquisa do IBGE relata que mortalidade infantil diminuiu 30% na última década (CUT Nacional) 01/12/09

Escrito por Agência Brasil

Brasília - A mortalidade infantil no país caiu de 100 para 23,3 óbitos em cada grupo de mil nascidos vivos entre 1970 e 2008. Os dados são da pesquisa Tábua Completa de Mortalidade, divulgada nesta terça-feira (1) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicada no Diário Oficial da União.

Só na última década, a queda da taxa de mortalidade infantil foi de 30%. Nesse período, o país conseguiu evitar que cerca de 205 mil menores de 1 ano de idade morressem. Se a taxa tivesse permanecido constante desde 1998, o Brasil teria registrado, em 11 anos, 1.261.570 óbitos de crianças nessa faixa etária, em vez das 1.055.816 mortes estimadas.

A taxa mortalidade infantil do Brasil se distanciou da de países como o Afeganistão (157 óbitos por mil nascidos vivos), Angola (117,5 por mil), Serra Leoa (104,30 por mil). No entanto, o índice brasileiro ainda é muito superior ao da Islândia (2,90 por mil), de Cingapura (3 por mil), do Japão (3,20 por mil), da Suécia (3,10 por mil) e da Noruega (3,50 por mil).

A pesquisa também mostra que, entre 1998 e 2008, morreram diariamente 68 homens jovens de 15 a 24 anos no país por causas externas (acidentes de trânsito, homicídios e suicídios), totalizando cerca de 272,5 mil óbitos.

Trabalhadores da Coelba (BA) paralisam atividades por 48h (CUT Nacional) 01/12/09

Escrito por Correio da Bahia

Os trabalhadores da Coelba paralisaram as atividades nesta terça-feira (1º), por 48h em toda Bahia. Eles pedem aumento de 6% no salário e alimentação, além de abono de R\$1.700, de acordo com o Sindicato dos Eletricitários do Estado da Bahia (Sinergia). Na capital baiana, os trabalhadores realizam assembleias nesta quarta-feira (2), para definir os rumos da greve.

A Coelba informou que oferece 4,30% de aumento salarial, reajuste de 4,46% no valor do tíquete alimentação e abono de R\$1.100. A empresa ainda alega que todos serviços da empresa estão mantidos, incluindo o atendimento ao público, já que a paralisação afeta apenas o setor administrativo. Nenhum funcionário foi impedido de entrar na Coelba.

Trabalhadores no Grupo Schaeffler participam de intercâmbio sindical (CUT Nacional) 01/12/09

Escrito por Valter Bittencourt e Flávia Silva - Imprensa CNM/CUT

Representantes dos trabalhadores no Grupo Schaeffler no Brasil estiveram na Alemanha entre os dias 22 e 28 de novembro, participando de um intercâmbio, junto aos colegas sindicalistas que representam os trabalhadores nas empresas do grupo na Alemanha.

O intercâmbio foi mais um avanço das ações da rede sindical de trabalhadores no Grupo Schaeffler, que foi iniciada em abril de 2009 com a visita de uma delegação alemã ao Brasil. "Na época a rede foi fundada e vários encaminhamentos foram dados. Um deles previa que os brasileiros pudessem conhecer como a empresa é organizada em seu país de origem e entender melhor como o sindicalismo acontece na Alemanha", disse a assessora da CNM/CUT, Flávia Silva, responsável pelo acompanhamento da organização de redes sindicais por empresa e que acompanhou o grupo durante a viagem. Ao todo, a delegação brasileira contou com cinco trabalhadores, sendo dois de Sorocaba, um de Salto, um de Manaus e um representante de São Paulo.

A programação do evento contemplou visitas às plantas da INA e FAG bem como o encontro com os diretores de RH nas respectivas plantas. A delegação também participou como ouvinte da reunião da comissão de fábrica da maior planta da FAG na Alemanha, em Schweinfurt. Segundo Valdeci da Silva, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, é impressionante ver como se dá a relação entre patrões e empregados dentro da Schaeffler. "As diferenças existem, mas há espaço para o trabalho sindical, que é respeitado e valorizado dentro das plantas", afirmou.

A legislação alemã estipula a organização no local de trabalho como representação obrigatória. "Podemos perceber que acontece uma verdadeira cogestão. Há assuntos sobre os quais a empresa não pode deliberar sem o diálogo com a comissão de fábrica, como por exemplo, as demissões e contratações", disse Silva.

Também foi realizado um seminário na sede regional da DGB (central sindical alemã), em Schweinfurt. No encontro, a delegação pôde conversar com o presidente do Conselho Europeu de Trabalhadores no Grupo Schaeffler, que informou sobre o andamento dos compromissos firmados entre a Sra. Schaeffler e o sindicato metalúrgico alemão IG Metall no recente período de crise mundial.

"Houve também a visita a uma instituição social privada sem fins lucrativos como forma de entendermos que apesar do conceito mundial de país rico e sem problemas sociais, há pessoas que não conseguem viver com dignidade e recorrem ao apoio de entidades como essa, chamada Tavolla. Aí as pessoas podem comprar por um valor irrisório o que seria pago bem mais caro em um supermercado qualquer", explicou Flávia Silva.

Segundo os participantes, o intercâmbio consolidou ainda mais a rede dos trabalhadores no Grupo Schaeffler e alguns objetivos foram traçados. Dentre estes, o aprimoramento na constância de troca de informações, uma bandeira única de luta e o reconhecimento da rede por parte da empresa.

Rovai: o desespero da Folha é pior do que a mente de Benjamin (CUT Nacional) 01/12/09

Escrito por Blog do Rovai

Cesar Benjamin é uma mente doentia. Alguém que inventa histórias e constrói tramas para desqualificar aqueles com os quais por muitas vezes teve longo relacionamento.

Por Renato Rovai, em seu blog

Para quem não se lembra, esse é o sujeito que "denunciou" Emir Sader quando a editora dele não foi escolhida para fazer um trabalho que o sociólogo coordenava.

Era amigo de Sader por muito tempo, mas como seus interesses comerciais não foram atingidos, decidiu acusá-lo publicamente de corrupto.

Este Cesar Benjamin também é o mesmo que trabalhou no programa de governo de Garotinho quando imaginava que aquele poderia ser o candidato do PMDB à presidência da República.

Era um dos "cérebros" do ex-governador na construção de um programa nacionalista.

Mas como a candidatura do ex-governador não emplacou pelo PMDB, este mesmo Cesar Benjamin se filiou ao PSol e saiu candidato à vice-presidência da República na chapa de Heloísa Helena.

Provavelmente porque passou a achar que Garotinho não era mais o caminho, a verdade e a vida. Mas sim HH.

Não foi só do PT, partido ao qual foi filiado, que saiu atirando. Também tretou com Garotinho e com o PSol. Benjamim não é só craque em produzir inimigos. É especialista em delação pública sem provas.

Se alguém com um currículo desses procurasse seu jornal para denunciar o presidente da República de ter tentado enrabar (vamos usar o português claro) um jovem nos dias em que era preso político, o que você faria? Publicaria o artigo?

E se essa mente doentia ainda citasse nominalmente uma única pessoa como testemunha, o que você faria? Não ouviria a testemunha e publicaria o artigo?

Cesar Benjamim é uma pessoa sem caráter, um psicopata da política. Pessoas assim existem. E vivem buscando jornais para acusar seus adversários. Jornais, em geral, as ignoram.

Por isso, neste episódio, o que mais me assusta é ver a Folha valer-se de uma mente insana para tentar atingir a reputação de alguém a quem se contrapõe politicamente.

Se a direção deste jornal considera isso válido para atingir seus objetivos, por que não sustentaria um golpe para derrotar esses mesmos adversários políticos?

A iminente derrota da oposição em 2010 e a falta de perspectiva política desse grupo nos próximos anos estão levando a uma radicalização midiática que não é só nojenta. É preocupante.

É bom os partidos da base do governo ficarem atentos a isso.

Estudo mostra perfil do emprego para deficientes na Grande São Paulo (CUT Nacional) 01/12/09

Escrito por Agência Sindical

O perfil dos trabalhadores com deficiência de 15 municípios da Região Metropolitana de São Paulo será apresentado, na próxima quinta-feira (3), num encontro para celebrar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência na subseção Osasco da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O evento, organizado pela OAB e Espaço da Cidadania, será 8h30 às 12h30, na avenida das Flores, 707, Osasco (ao lado do Fórum).

O estudo, elaborado pelo Observatório do Trabalho de Osasco, apresenta uma análise inédita dos dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 2007, que mostram o nível de escolaridade, a renda e outras informações sobre 6.310 pessoas com deficiência que estavam trabalhando naquele ano.

O levantamento constatou uma sub-utilização de pessoas com formação em postos de trabalho que exigem menor qualificação. A constatação derruba a insinuação de que a falta de formação é que dificultaria a inserção do deficiente no mercado de trabalho.

Emprego formal - Em 2007 o Brasil possuía cerca de 27 milhões de pessoas com deficiência e 16,7 milhões estavam em idade de trabalhar. A RAIS indicava que apenas 348,8 mil estavam no mercado formal, representando menos de 1% dos trabalhadores de todos os estabelecimentos do Brasil.

Mais informações: www.ecidadania.org.br

SITES PESQUISADOS








O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:
imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
 Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira




